

A Classe Operária

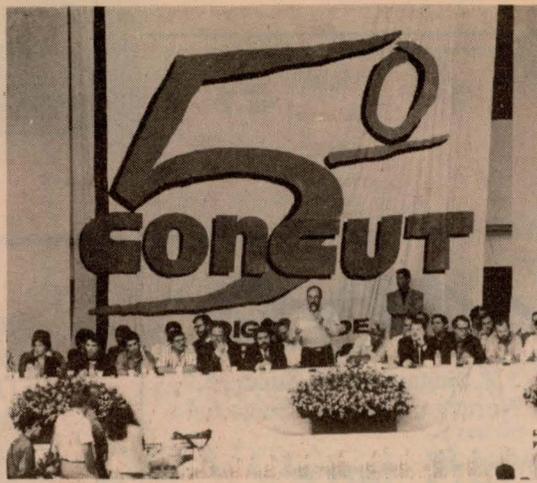
Ano 70 - 6ª Fase - nº 126 - 6 a 19 de junho de 1994 - CR\$ 2.000,00



PROLETARIOS DE TODOS OS PAISES UNIVOS!

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

FOTO: DANIEL VAZ



5º ConCUT

Quase dois mil delegados participaram do 5º ConCUT. Avanços na política e retrocesso na democracia interna marcaram as decisões. A CSC teve participação destacada.

PÁGINA 11

VITÓRIA DO POVO, ENTERRO DA REVISÃO



LULA MARQUES/FOLHA IMAGEM

Manifestação contra a revisão constitucional em frente ao Congresso

PREPARE-SE PARA A PERDA REAL



Cartas

Resumo

19/5. quinta

Preso na Venezuela o ex-presidente Carlos Andrés Pérez, neoliberal e corrupto, depois de ter sido afastado do poder pelo impeachment em maio de 93. CAP é acusado de ter usado US\$ 17 milhões de um fundo secreto do governo para aplicações particulares no mercado paralelo do dólar. A operação lhe rendeu US\$ 10 milhões. A Corte Suprema da Justiça deve dar a sentença final até o fim do ano. CAP pode ser condenado a até 13 anos de cadeia.

23/5. segunda

Divulgado em Genebra o relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS) que coloca o Brasil como o país que apresenta o maior índice de mortalidade infantil, embora nem todos os países "em desenvolvimento" tenham enviado dados à OMS. As taxas mais altas são: Brasil 32,5 por mil nascidos, Quirguistão 30,2, Cazaquistão 26,7, Argentina 24,7 e Romênia 23,3. No contraponto estão o Japão 4,5 mortes por mil nascidos, Finlândia

5,2, Singapura 5,4, Suécia 6,0, Noruega, Canadá e Suíça 6,4.

24/5. terça

Os deputados socialistas e comunistas da Grécia, que representam 170 e 9 cadeiras respectivamente, de um total de 300, após investigação no Parlamento, enviaram o ex-primeiro ministro conservador Constantinos Mitsotakis a um tribunal de justiça para que seja apreciada a denúncia de que ele violou o sigilo da comunicação, utilizando a escuta telefônica para espionar seus adversários políticos.

24/5. terça

"Não sujem meu terno branco com essas máquinas imundas", foi a frase de Fernando Henrique Cardoso aos fotógrafos que tentavam registrar a chegada do candidato para uma reunião com sua equipe em Brasília. Parece que o almofadinho e elitista FHC ainda não assimilou as lições de ACM para que finja ser uma pessoa do povo em época de campanha.

Déficit zero é uma mentira

Aprovado pela Comissão Mista do Orçamento, dia 24 de maio, o parecer do relator deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP) no qual ele questiona o equilíbrio da peça orçamentária. Para o deputado o "déficit zero é uma mentira" pois está superestimada a arrecadação da Receita Federal e subestimadas as despesas com os juros da dívida interna, elaboradas com uma taxa de 17% quando atualmente, estão na casa dos 35%. O governo não reviu suas despesas apesar desta elevação. Barbieri avalia que a conta dos juros "pode simplesmente dobrar e o governo lançará mão do contingenciamento". A pouca transparência do governo nesta questão fica mais evidente quando se sabe que não estão contabilizadas no Orçamento da União as despesas com os Bônus do Banco Central (BBC), cujo estoque está avaliado em US\$ 9 bilhões. Estes são papéis de curtíssimo prazo, e a manobra de não incluir seus custos no Orçamento visa esconder o montante real previsto para o financiamento da dívida interna.

27/5. sexta

"Privatização na Europa pode custar mais de 800 mil empregos". É a conclusão a que chegaram conjuntamente seis institutos de pesquisa europeus, com base na experiência de privatização na Inglaterra. Cinco indústrias inglesas privatizadas - British Telecom, British Gas, British Airways, British Steel e empresas de fornecimento de eletricidade - demitiram mais de 300 mil trabalhadores na década de 80. O desemprego esperado se concentra na França onde 290 mil devem ser demitidos, na Itália 180 mil, e na Alemanha 140 mil. Por setores destacam-se: telecomunicações 268 mil e energia 250 mil.

27/5. sexta

Encerrado em Bucareste, Romênia, o seminário "Os sindicatos respondem às necessidades das mulheres assalariadas" que constatou que

na República Checa a diferença salarial em favor dos homens é de 25%, na Polônia de 30%, e na Hungria de 25%. O mesmo ocorre em relação aos aposentados e às desempregadas.

1/6. quarta

Divulgado pela ONU o relatório Desenvolvimento Humano que constata a brutal diferenciação de renda no Brasil: os 20% da população que têm melhores condições de vida desfrutam de uma situação 32 vezes melhor que os 20% mais pobres. Os habitantes do Nordeste são apontados como tendo as piores condições de vida do país: expectativa de vida 17 anos menor, porcentagem de analfabetismo 33% maior, e renda 40% menor que a mediana nacional. Assim o Brasil ocupa o 63 lugar na lista dos países de acordo com o índice de desenvolvimento humano (HDI). "No Nordeste brasileiro há potencial para surgir um novo Chiapas", diz o estudo.

Memória curta

O jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre, comemora o seu 30º aniversário com uma retrospectiva dos fatos mais importantes. Dia 11 de maio dedicou um texto à deputada Dercy Furtado (PSD) como a primeira vereadora de Porto Alegre. Nada contra esta parlamentar, mas a lembrança do jornal revela memória muito curta, curtíssima, porque é a segunda vez que comete essa incorreção. Já em 4 de dezembro de 1972 o vereador Cesar de Mesquita assinalava: "Recordo a primeira vereadora que esta Casa teve, realmente a primeira, que está esquecida inclusive de nossa boa e vigilante imprensa. Por aqui passou Julieta Batistioli (PCB) na primeira legislatura, que não é mais lembrada, uma humilde tecelã que trabalhava na fábrica Rio-Guahyba na época que aqui veio representar a mulher trabalhadora desta cidade." Para que o jornal não cometa o mesmo erro pela terceira vez basta que proceda a um levantamento do número de votos e tempo de atuação daquela vereadora comunista que ainda vive em Porto Alegre.

Francisco Riopardense de Macedo
Porto Alegre - RS

Plano Cohen

Muito feliz o artigo "O Plano Cohen de FHC", na coluna Opinião, da edição 124 de "A Classe", assinado por Bernardo Joffily. OPT não tem que se envergonhar por coligar-se com o PCdoB e a recíproca é verdadeira. Agora, se Fernando Henrique não sente vergonha por unir-se a Inocêncio de Oliveira e a Antônio Carlos Magalhães é porque vergonha não se compra nas farmácias, é questão de princípios. Mas como exigir princípio de um PSDB que tem nas suas fileiras um Albano Franco?

Filadelfo Borges de Lima
Rio Verde - GO

UJS e subúrbio

Em artigo na edição 123, Valdemar de Souza aborda o crescimento da UJS nas universidades, tema importante porque é na universidade que se forma opinião e a juventude tem uma participação mais política através dos CAs, DAs, DCEs, UEEs e UNE. Gostaria também que não houvesse a visão de "exclusividade" porque há hoje toda uma crise no sistema educacional e nem todos os jovens têm acesso a uma universidade, não só pela crise educacional mas por causa do projeto neoliberal, já que quanto mais submisso o país melhor para a classe dominante. Como a classe dominante não tem projeto político para o país, tenta passar para o povo, em especial para a juventude, que a modernidade é a saída da crise e com isto afunda cada vez mais o Brasil. E quem mais sofre com essa política é a juventude porque se ela não tem acesso a uma escola pública como terá a uma universidade? Essa juventude sem perspectiva nem bem acaba o 1º grau, tem que trabalhar para ajudar a família, muitos sem carteira assinada.

O PCdoB deve ter também uma política voltada para a juventude de bairros populares e é mais fácil organizá-la na UJS. Eles vão discutir mais de perto sua realidade através de atividades culturais, esportivas, vídeos, sabendo que o jovem de subúrbio não tem acesso a esses eventos por falta de dinheiro ou

porque as casas de espetáculos (cinemas, teatros e shows) se localizam no centro das cidades. Temos muito o que ensinar mas também muito o que aprender com essa juventude marginalizada, que tenta de alguma forma desacatar o sistema que a sufoca. Os arrastões são um exemplo de revolta e cabe à UJS transformar essa revolta em consciência revolucionária, viver mais de perto essa realidade.

André Valle
Bangu - RJ

Agricultura

Considero a agricultura o setor básico da nossa economia, mas que vive minada dentro do capitalismo. O inchaço populacional das cidades complica a vida do homem urbano. Infelizmente convivemos com superpopulações urbanas, reflexo do êxodo rural em virtude da falta de uma reforma no campo. Mas não basta que se faça a reforma agrária, ela tem que ser vinculada à irrigação. Já imaginou se este país fosse minifundiário com agricultura forte? Seríamos auto-suficientes. É preciso fixar o homem na sua região, dar saúde e educação ao homem do campo e assim ele não teria motivos para ambicionar a vida na cidade grande.

Nós comunistas compreendemos que uma nova sociedade deve investir incondicionalmente no homem para que ele sinta satisfação de viver e sinta-se feliz na sociedade em que vive. Não existe nenhuma lei que diga que o homem deve ser infeliz. Os povos só serão felizes no dia que começarem a lutar pela sua libertação e independência através da união do proletário com o camponês, rumo a uma sociedade mais humana, em que o homem não seja mais um rótulo no processo produtivo.

Raimundo Cerqueira Sampaio
Macajuba - BA

Hora da verdade

É hora de lutarmos pela implantação do socialismo no Brasil. A eleição presidencial abre oportunidade para se extinguir os poderosos do poder no país. Devemos unir os partidos de esquerda para sairmos vitoriosos na eleição com os candidatos a deputados estaduais e federais, senadores e a presidente. Candidatos individuais não chegarão ao poder, só o conseguiremos se juntarmos forças e idéias.

Paulo Marques Pontes
Cajazeiras - PB

UJS aberta

O PCdoB está à procura de novos filiados. Com isto está obtendo êxitos e deixando os partidos de direita preocupados com a notícia. Isso porque o PCdoB é uma das grandes forças políticas que mais se desenvolve e que mais possibilita uma mudança radical não só no Brasil mas no resto do mundo. Preocupam-se também porque o partido mantém bem informada a UJS. Convido pessoas de diferentes posições a participarem de conversas com o pessoal da UJS da Paraíba e não importa se o jovem já foi do MR8 ou PMDB, mas sim que tenha mudado de opinião e que acredite no movimento socialista.

Francisco Zé Gotinha
Campina Grande - PB

Opinião

Notícias do 5º Concut

Sérgio Barroso

Executiva Nacional da CUT

Uma boa nova: A Corrente Sindical Classista apareceu como a segunda força no 5º Congresso Nacional da central, que não ultrapassou o número de 1.800 delegados em todas as votações realizadas, a CSC ficou ainda numa confortável distância do PSTU (cerca de 10%) e da CUT pela Base (aproximadamente 10%). Fato é que, apesar de consolidar sua presença (14% em 1.400 delegados em 1.400 delegados no 5º Concut), a CSC unida e politicamente ativa no interior da CUT, agiu junto à implosão da CpB (cerca de 17% no Congresso anterior).

Além disso, obteve bom desempenho a Corrente Classista durante todo o 5º Concut. Interferiu desde alterações importantes conseguidas no texto base, até no debate sobre a posição frente à candidatura do campo democrático-popular-nacional encabeçada por Lula, que ganhou às páginas de grandes jornais. Como também nas questões principais da temática do

evento: crise do capitalismo, socialismo, Cuba, neoliberalismo, mulher no trabalho e na polêmica questão unicidade x pluralismo. Ficou assim marcada a posição independente e combativa dos classistas.

HOUVE CERTO AVANÇO NAS RESOLUÇÕES APROVADAS NO CONGRESSO

2. De maneira geral, pode-se considerar certo avanço nas resoluções aprovadas. Elas são superiores às do Congresso de 1991, onde o ambiente de confusão (e, diga-se, capitulação) no movimento operário mundial respirava miasmas da "democracia com valor universal". Três anos depois a maldição neoliberal vai sendo excomungada e a polarização política atravessa continentes. No Brasil, o lero-lero socialdemocratizante é contestado pelo crescimento das mobilizações e do combate grevista. E, do lado imensa crise social, da exclusão acelerada das massas trabalhadoras do país de hoje, alarga-se o continente consciente em oposição à falência das elites. Desaguando também - e com muita força - nas eleições de 1994.

3. Avaliamos como correta a conduta da CSC em relação à questão da chapa única no Congresso. Citadas por companheiros de todas as tendências como "a segunda força", os classistas poderiam encabeçar uma oposição de cerca de 30% do Concut. Mas duas questões principais nos orientaram: 1. o quadro político, os ataques cerrados ao PT e PCdoB, bem como à CUT; 2. a política unitária que pratica a CSC, não obstante sérias divergências de concepção. Aliás, a questão da democracia sindical na CUT, um problema sequer equacionado, não deu um passo de tartaruga. Nisto, um fracasso rotundo o aprovado.

A CSC não se impressiona com resoluções de congresso sindical, tampouco com declarações de intenções. A nova Executiva da central, encabeçada por Vicentinho - eufórico defensor das "câmaras setoriais" -, toma posse num 1994 político por inteiro, 1995? Uma incógnita.

Editorial

Vitória do povo, derrota das elites

O enterro da revisão constitucional dia 31 de maio leva-nos a refletir sobre as causas de mais uma derrota das elites brasileiras em seu empenho de levar adiante o projeto neoliberal no Brasil. Por quê, apesar da pressão do imperialismo norte-americano, do lobby dos empresários patrocinados pela Fiesp e companhia, do grande investimento da mídia, a revisão não emplacou?

Em primeiro lugar, essa derrota revela a fragilidade das classes dominantes brasileiras ou mais precisamente sua falência por não conseguirem apresentar alternativas capazes de enfrentar o caos econômico e social que sacode o Brasil. A dificuldade de unificar interesses em torno de uma proposta para o Brasil é a mesma que as elites enfrentaram para indicar um candidato à Presidência da República que fosse porta-voz de suas propostas.

Em segundo lugar, esse foi um resultado construído nas manifestações de rua, na movimentação articulada da sociedade civil, de entidades representativas como a OAB, CNBB, ABI, CUT, Contag, UNE, Ubes, Conam, dentre muitas outras; da mobilização destacada dos trabalhadores da Petrobrás em defesa do monopólio estatal do petróleo, um dos principais alvos dos revisionistas. Toda essa mo-

vimentação deu sustentação a outro aspecto decisivo que foi a atuação dos "contras" no Congresso Nacional. Apostura firme do PCdoB e a atuação do PT, PDT, PSB, PSTU e PV conseguiram obstruir votações importantes e comprometer o andamento da revisão.

Embora minoritários, os "contras" alertaram a opinião pública sobre os danos advindos de uma revisão golpista e amedrontar os conservadores sedentos de votos num ano eleitoral. Daí o papel da resistência passiva de setores políticos de extração conservadora que se ausentaram das votações, dando sua parcela de contribuição para o fim da revisão.

Enfim, enquanto as elites se desesperam com mais um fracasso no seu curso neoliberal, o povo comemora mais uma vitória. Vitória que contribui para elevar sua consciência quanto à sua força de mobilização para derrotar os que se apresentam como poderosos, maquiagem reforçada pela mídia e pelos dólares norte-americanos.

A incapacidade das elites veio a nu, abrindo novas perspectivas e dando mais ânimo às forças progressistas e populares para ousar mais na luta em defesa de um Brasil soberano e por uma vida digna para seu povo.

Fiúza mente e ataca parlamentares

Jandira Feghali

Deputada federal pelo PCdoB-RJ

No "Jornal do Brasil" (26.04.94), o deputado federal Ricardo Fiúza (PFL-PE) disse recentemente que a sua atuação parlamentar no Centrão e como aliado de Collor determinam uma perseguição política por parte de diversos parlamentares.

Desde o início das provas encontradas pela CPI do Orçamento, o deputado Ricardo Fiúza buscou confundir a opinião pública chamando o seu julgamento de "linchamento ideológico" centrando a questão em sua atuação como representante das elites conservadoras do país.

É bom deixar claro que ninguém mais do que nós comunistas sofremos com as cassações ideológicas - odiosa e injusta perseguição antidemocrática - durante praticamente todo o período de vida de nosso partido: 72 anos portanto!

Se a questão fosse ideológica, não tenham dúvidas, estaríamos na linha de frente em defesa dos mandatos parlamentares. A verdade, porém, é que o argumento não passa de nuvem de fumaça a criar uma falsa polarização ideológica.

Fiz parte da Subcomissão de Subvenções Sociais da CPI do Orçamento. Estou absolutamente convencida, diante das provas conclusivas, do envolvimento do deputado Fiúza nas maracutaias do Orçamento. As subvenções foram liberadas pelo então ministro Ricardo Fiúza exatamente no período do impeachment de Collor e liberadas para o mesmo esquema antigo do deputado João Alves, sob a mesma forma e até para entidades já com denúncias de irregularidades.

O empréstimo na Caixa Econômica Federal, então, é mais um caso de vergonha nacional! O próprio atual secretário da Administração Federal afirmou ter ocorrido tráfico de influência. Também pudera! O deputado Fiúza conseguiu, entre janeiro e maio de 1992, oito empréstimos acima dos limites da Caixa, feitos de forma absolutamente irregular.

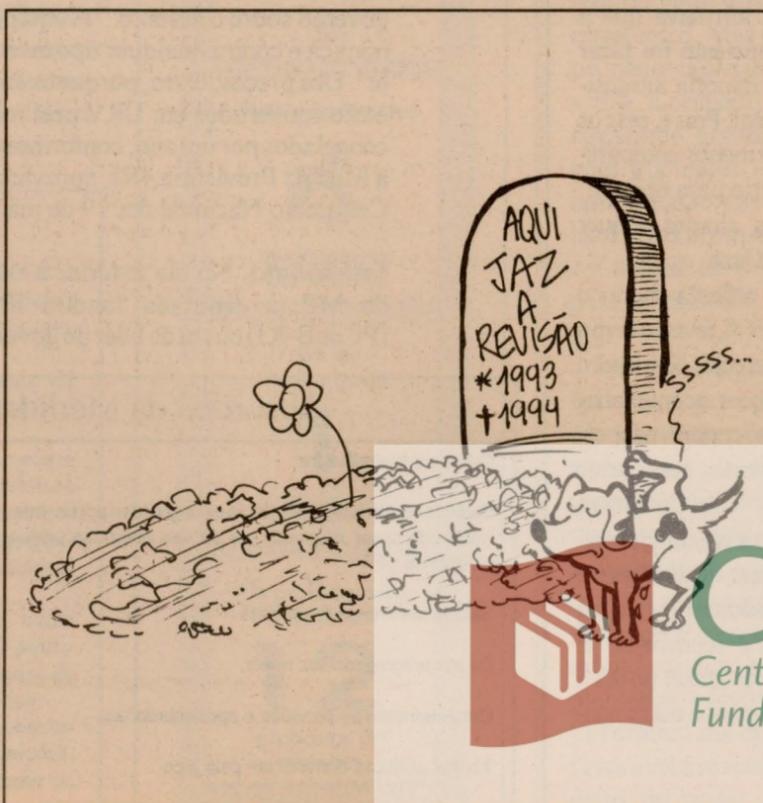
Há, ainda, a escabrosa inserção de emendas ao Orçamento, após a votação da redação final, beneficiando, é lógico, amigos e apadrinhados do poder. Não tenho, faz tempo, nenhuma dúvida da culpabilidade de Fiúza, baseada, única e exclusivamente, em fatos e documentos apurados e comprovados pela CPI.

Como também não tenho dúvidas de que a absolvição do ex-líder do PFL, hoje numa estranha aliança com o PSDB, mas com a intenção de criar uma pretendida alternativa conservadora ao candidato das forças populares, em grande vantagem nas pesquisas.

É a aliança de um plano econômico eleitoral, com a ilusão temporária de inflação baixa e arrocho salarial prolongado, com políticos conservadores profissionais, mestres, desde os tempos da Arena da ditadura, em manobras escusas de bastidores.

O deputado Ricardo Fiúza diz uma verdade na entrevista concedida ao "Jornal do Brasil" em meio a um amontoado de mentiras: eu, assim como as pessoas citadas, queria vê-lo fora do Congresso e votei para isso ocorrer. Não por motivos ideológicos, mas sim por motivos éticos, para continuar com minhas mãos e consciência limpas.

FIUZA BUSCOU CONFUNDIR A OPINIÃO PÚBLICA



Nacional

CRÔNICA DE
Brasília**Sem choro
nem vela**

Luiz Aparecido

Assim foi oficialmente sepultada no dia 31 de maio a revisão constitucional, pela qual se bateram tanto as forças conservadoras do país, os monopólios privados e o capital estrangeiro aliado aos banqueiros nacionais e internacionais. A última tentativa que fizeram os revisionistas, de deixar aberta uma janela para continuar a revisão nos próximos anos, ou como queria o relator defensor dos anões do orçamento, deputado Nelson Jobim, aprovar uma emenda que permitisse revisão periódica da Constituição, sequer foi votada no último dia dos trabalhos.

Quando o presidente do Congresso Revisor, senador Humberto Lucena, às 20 horas e 45 minutos do dia 31, encerrou oficialmente os trabalhos, havia menos de 80 parlamentares em plenário. Durante o dia, passaram pelas duas casas do Congresso 340 deputados e senadores, mas eles não atenderam aos pedidos reiterados dos líderes de ir voltar os pontos que permitiam salvar o golpe revisional.

Nesses oito meses, os revisionistas conseguiram fazer 80 sessões, aprovaram apenas seis emendas, sendo que apenas uma foi promulgada até agora, a que cria o Fundo Social de Emergência. A maioria das sessões convocadas caíram por falta de quórum. Os revisores só conseguiram alguma mobilização quando a Ação Empresarial, que congrega multinacionais, banqueiros e grandes empresários, conseguiu pressionar seus acólitos para comparecerem em plenário. Mas nem assim aprovaram o que queriam.

Faltou base popular. Desde o início, os partidos contrários à revisão constitucional (PCdoB, PT, PSB, PDT, PSTU e depois PL e PTB) vinham alertando que a manobra das elites e dos grandes empresários não ia dar certo porque faltava a eles apoio popular. Já os "contras" contaram durante todo o tempo com apoio decisivo dos setores organizados da população. OAB, CNBB, ABI, CUT e entidades de defesa da soberania nacional fizeram nesses sete meses de tentativa de golpe revisional intensa mobilização.

E o resultado não podia ser

diferente. Aquilo que escrevamos aqui pouco antes do início dos trabalhos do Congresso Revisor acabou vingando por força da vontade popular. Não houve, na prática, revisão constitucional.

O que demonstra que os maiores derrotados nessa manobra não são apenas os grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros e os banqueiros, mas também o governo Itamar e os partidos políticos que lhe dão sustentação e os ultraconservadores agrupados no PPR malufista. PFL, PTB, parte do PMDB e o PP foram os principais derrotados, levando para o fundo do poço o relator da revisão que de estrela do Congresso acabou por anunciar que sequer é candidato à reeleição.

Oportunismo de FHC. Mas tão lamentável comportamento quanto o de Jobim teve o senador e candidato das elites ao Planalto Fernando Henrique Cardoso, o cada vez mais Fernando Lero. Nos jorrais de 1º de junho ele teve a cara de pau de dar entrevistas culpando o Congresso como um todo pelo fim da revisão e apontar os "frouxos" e os "radicais" como responsáveis pelo fracasso.

Logo ele, que deixando o governo com a promessa de não só ser candidato pelos conservadores, mas também de ir para o Congresso dar o máximo para que a revisão saísse do impasse. Foi apenas a uma sessão e saiu antes do término. Agora vem dar uma de boquirroto acusando seus colegas. Se houve "frouxo" e "gazeteiro", ele foi o campeão.

As vivandeiras das desgraças nacionais não param de chorar. Luiz Eduardo Magalhães, líder do PFL, afirmava que a maioria incompetente foi fazer acordo com a minoria intransigente e se deu mal. Pois é, mas os "contras" pelo menos compareciam em plenário para obstruir, enquanto seus aliados sequer apareciam na Casa.

Agora não adianta chorar o leite derramado. A revisão teve o enterro que merecia, sem choro nem vela e sequer acompanhamento. Morreu como nasceu, melancolicamente, sem povo para o velório. Um Congresso que tem sua maioria comprometida por inocentar quadrilhas inteiras de fraudadores e corruptos precisa agora é renovar-se. E isso o povo saberá fazer no dia 3 de outubro. Depois é outra conversa.

Perda real à vista

▼1º de julho é a data de oficialização da maior perda de poder aquisitivo dos salários nos últimos tempos. Entra em vigor o real. Os empresários se antecipam e falam em "realinhamento de preços", o que, em linguagem popular, quer dizer aumento desenfreado

Sueli Scutti



É cada vez mais difícil encher a sacola

No dia 23 de maio o empresário Abílio Diniz, dono da rede de supermercados Pão de Açúcar, declarou em São Paulo que "Não devemos deixar para alinhar os preços após a entrada do real nem deixá-los desalinados até lá". A opinião causou furor no governo e desencadeou mais uma onda de remarcações de preços em todo o país. O presidente Itamar Franco reagiu com um recado: "O tal realinhamento deveria ter sido feito antes, agora os remarcadores vão ser punidos".

Aí está o problema. Primeiro, o "tal realinhamento" já vem sendo feito pelo menos desde o começo do ano e o presidente sabe disso. Segundo, nenhum empresário está sendo punido pelos abusos. Uma declaração do ex-ministro Fernando Henrique ilustra bem o pensamento do governo sobre o assunto: "A equipe econômica é contra qualquer tipo de controle". Dos preços, claro, porque os salários estão convertidos em URV pela média e congelados por um ano, conforme manda a Medida Provisória 482, aprovada pelo Congresso Nacional dia 19 de maio.

Estelionato. No dia anterior à votação da MP, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) ouviu do líder do governo na

Câmara, deputado Luiz Carlos Santos, a seguinte declaração: "Deputada, sabemos que a questão dos salários é séria, mas se aprovarmos qualquer alteração nas questões salariais o plano acaba". É a prova de que o Plano FHC baseia-se no arrocho, conforme denunciou Jandira durante as discussões em plenário, e na dolarização da economia.

Embora tenha dito que aceitava negociar reposição de perdas, o governo negou-se a incluir na MP qualquer recomposição salarial e manteve o salário mínimo em míseros 64 dólares. O líder do PCdoB na Câmara, deputado Haroldo Lima, disse que os grandes grupos econômicos, os bancos e conglomerados industriais só têm a ganhar com o plano porque ficam na cômoda posição de pagar ao trabalhador um salário achatado, podendo ajustar seus preços da maneira que bem entenderem.

Jandira disse que o plano é um estelionato eleitoral, feito sob medida para que FHC ganhe a eleição para presidente. Ela entende que é um projeto eleitoral feito sobre a miséria, o desemprego e a angústia da grande maioria da população, que poderá ter com o real uma queda da chamada memória inflacionária. Mesmo com a previsão de que com o real a inflação chegue perto de zero, ainda assim os trabalhadores vão perder porque a inflação já vai estar embutida nos preços convertidos em real.

O jornalista e professor de economia no Rio de Janeiro Ricardo Bueno tem a mesma opinião. Ele acha que o plano tem "um forte componente de estelionato eleitoral" para tentar viabilizar a candidatura de FHC porque as medidas devem ter uma sobrevida de 5 ou 6 meses.

O efeito Abílio Diniz está provocando uma folia carnavalesca de remarcações. Em apenas uma semana, a cesta básica teve aumento de 3,4% em URV em São Paulo. A inflação acumulada em URV chega a 7% conforme dados oficiais. "Os supermercados estão mal acostumados e vêm operando com margem grande de gorduras", avalia Celsius Lodder, superintendente da Sunab. O coordenador da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Juarez Rizzieri, disse que os preços nos supermercados subiram em média 5% acima da inflação oficial desde a chegada da URV. Isso significa aumento real de 12% desde março.

A maior parte das instituições financeiras trabalha com a expectativa de juros acima de 4% no mês de junho. Embora os salários nominais devam ser convertidos em reais em 1º de julho ao valor da URV de 30 de junho, vai haver perdas exatamente porque os preços estão livres, os juros vão continuar altos e os salários, congelados. E não está prevista a reposição das perdas ocorridas desde a criação da URV em março.

Absurdos da Medida Provisória (Plano FHC)**Contra o trabalhador**

Salários convertidos pela média e congelados por um ano. Não pode haver reposição de perdas ocorridas com a criação da URV

Salário mínimo de 64 dólares

Desemprego cada vez maior

Congelamento de pensões e aposentadorias

Tarifas públicas convertidas pelo pingo

A favor das elites

Preços liberados, reajustados e sem fiscalização

Cesta básica com aumentos diários e crescentes em URV

Juros altos

Atrelamento da economia a uma moeda estrangeira, o dólar

Contratos e dívidas da União convertidos pelo pingo.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

BANCADA Comunista

Resposta no ato

A Câmara Municipal de Anápolis (GO) aprovou por unanimidade o ofício do presidente, vereador José Escobar Cavalcante, dirigido ao jornalista Gilberto Dimenstein em resposta aos ataques que ele tem feito ao PCdoB em sua coluna diária no jornal *Folha de S. Paulo*. Ao justificar a proposição, Cavalcante afirma que Dimenstein está prestando um desserviço à democracia e ao direito que tem a opinião pública de ser bem informada. "Nos momentos decisivos de nossa história, o PCdoB nunca se omitiu, tendo, inclusive, vários de seus integrantes presos, torturados, exilados ou mortos, seja durante a ditadura Vargas, seja durante o regime militar de 1964", disse. E lembrou que na Constituinte de 1988 todos os parlamentares do PCdoB receberam nota 10 do Diap pela coerência e dedicação na defesa dos interesses dos trabalhadores.

"São esses os parlamentares que o senhor quer varrer do cenário político brasileiro?", pergunta Cavalcante a Dimenstein. E continua: "Por acaso algum parlamentar do PCdoB esteve envol-

vido no escândalo do orçamento e em tantos outros mais recentes?". Ele acredita que melhor faria Dimenstein se se irmanasse com o povo brasileiro, com a sociedade civil e os democratas para varrer da vida pública nacional homens como Fiúza, João Alves e tantos outros que não honram os mandatos que recebem.

A iniciativa da Câmara teve participação direta do vereador Egmar José, do PCdoB de Anápolis. Cópia do ofício foi enviada ao secretário do Conselho Editorial da "Folha", Otávio Frias Filho.

É a primeira

A vereadora Vanessa Grazziotin (PCdoB) foi escolhida pela imprensa de Manaus como a "Tribuna do Ano" em 1993 pelo seu desempenho na Câmara Municipal. Ela fez o maior número de pronunciamentos no plenário e apresentou 405 propostas à Câmara no ano passado. Também foi autora do requerimento de instauração da CPI do Ressarcimento, que apurou irregularidades em pagamentos médico-hospitalares a vereadores e parentes.

À bancada federal do PCdoB

A Conferência Regional do PCdoB de São Paulo, encerrada dia 1º de maio, aprovou a "Moção da Conferência dos 3 mil" dirigida aos deputados federais comunistas. Veja a íntegra:

A Conferência Regional do PCdoB felicita o Brasil e seu povo, as forças democráticas, populares e nacionais, a bancada dos "contras" e muito especialmente vocês, deputados comunistas, pela vitória sobre a revisão constitucional conservadora. No momento em que nos reunimos, ainda não se deu o desfecho da aventura revisionista das classes dominantes e da maioria conservadora do Congresso. É certo, porém, que no fundamental frustrou-se a tentativa de desfigurar a Constituição brasileira para encaixá-la na bitola neoliberal.

A vitória é de todos nós que nos engajamos no combate à revisão. É também das massas do povo que, mesmo não se mobilizando em grande escala, contribuíram com sua renitente e sadia desconfiança. Mas, dadas as circunstâncias da batalha, ela é sobretudo dos parlamentares que ousaram resistir. E sobressai aí o desempenho da nossa bancada comunista. Unida, firme, incansável, incorruptível, intrépida, mas também ampla, arguta e flexível, esteve sempre na linha de frente da resistência, nos bons e maus momentos desses sete meses. Outros vacilaram, nunca os deputados do PCdoB.

Não o dizemos por fanfarronice, mas porque este desempenho encerra lições valiosas e oportunas para nossa

militância e nosso povo. Ele ajuda a demonstrar na prática aquilo que aprendemos nos livros sobre a ação do partido revolucionário no Parlamento. Evidencia o papel fundamental da trincheira de combate que vocês vêm ocupando com tão certa pontaria. E principalmente reforça nossa decisão de contribuir, na medida das nossas energias, no esforço de todo o PCdoB para dar um salto de qualidade em sua presença parlamentar, conquistando de 16 a 17 mandatos federais e de 22 a 25 estaduais.

Acabamos de deliberar sobre essas metas e os planos do partido para as eleições de outubro em nosso Estado. Estejam certos, companheiros, de que ao longo dos dias, noites e madrugadas da campanha lembraremos sempre do valor que vocês mostraram. E reconduziremos Aldo Rebelo a Brasília, com mais do dobro dos votos de 1990, assim como levaremos Jamil Murad, Nivaldo Santana e João Bosco à Assembleia Legislativa paulista.

Um forte abraço de seus companheiros de partido em São Paulo.



Aldo na Convenção de SP

Estado privatiza a saúde

▼ Governo reduz verbas para o setor público de saúde, privilegia os hospitais particulares e acelera privatização da rede estatal, além de conviver com a corrupção endêmica no gerenciamento dos recursos



ARQUIVO

Julia Roland

Presidente da Afiamsp - SP

A té poucos anos atrás, em especial no começo do governo Collor, o discurso contra as empresas estatais baseava-se na pseudo necessidade de o Estado reduzir investimentos na economia para poder assumir integralmente seu papel nas áreas sociais: saúde, educação, assistência social.

Mas o discurso demagógico logo deixou de ser usado e passou-se a falar abertamente em privatização dos serviços públicos sociais. Em São Paulo, o prefeito Paulo Maluf dá passos mais ousados e privatiza primeiro os transportes, entregando a CMTC para os empresários privados sem nenhum retorno para os cofres públicos, e a partir de abril de 1994 começa ofensiva de privatização da saúde.

São Paulo possui 16 hospitais municipais, a grande maioria localizada em áreas da periferia. Essas unidades atendem fundamentalmente à população mais pobre, que não tem cobertura de planos de saúde e convênios médicos. Entre esses está o Hospital de Campo Limpo, inaugurado em 1991, depois de dura luta dos moradores da Zona Sul, região de 3, 5 milhões de habitantes.

Em abril de 1994 o secretário de Saúde anunciou um convênio com a Associação Paulista de Medicina para terceirização do hospital, através de um contrato de gestão. Não foram ouvidos o Conselho Municipal de Saúde, a Câmara Municipal e demais segmentos sociais diretamente interessados. O argumento para abrir caminho à privatização é o da incapacidade de gerenciamento do setor de saúde pelo poder público.

Mas a verdade é bem outra. Levou-se a cabo uma política premeditada de sucateamento da rede pública de saúde visando entregá-la aos empresários do setor privado em flagrante desrespeito à Constituição federal e à Lei Orgânica da Saúde.

Conferência e SUS. A 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em 1986, foi um evento histórico de que participaram mais de 4 mil pessoas, representando partidos políticos, centrais sindicais, associações e sindicatos de profissionais de saúde, movimentos populares e instituições que atuam no setor. As resoluções da conferência, assimiladas pela Constituição de 1988, foram positivas e avançadas. Uma das mais importantes decisões foi a que criou o Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo assistên-

cia à saúde a todos os brasileiros.

Assistimos nos últimos anos ao proposital desvirtuamento da implantação do SUS pela não concretização da municipalização, funcionamento precário dos Conselhos de Saúde e principalmente diminuição criminosa do investimento público em saúde. O corte das verbas e a má gestão dos poucos recursos sempre foram características do financiamento do setor de saúde que se acentuaram com a vitória de Collor em 1989 e com a implantação acelerada do projeto neoliberal.

Os recursos para a saúde caíram de 12 bilhões de dólares em 1989 para 7 bilhões em 1993. Em 1987, de acordo com o relatório do Banco Mundial, o Brasil figurava em 63º lugar no ranking mundial dos investimentos em saúde, com 80,8 dólares por pessoa. Esses recursos correspondiam a 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Em 1993 os gastos eram de 21 dólares por pessoa, enquanto o Ministério da Saúde define como necessários 150 dólares per capita.

A maioria dos países gasta com saúde cerca de 7% do PIB. Em 1992 os Estados Unidos gastaram 12% do PIB. Em 1992 os gastos com a saúde no Brasil representaram 1,2% do PIB. Desses recursos, 67% foram destinados ao pagamento da rede hospitalar, ou seja: com assistência curativa. Vale lembrar que 79% dos hospitais do país são particulares.

Velhas epidemias. Além dos investimentos para a saúde serem insuficientes, os critérios para o repasse dessas verbas são baseados exclusivamente na "produtividade", ou seja, no número de consultas, exames e internações. As denúncias de fraudes nos procedimentos são inúmeras e como a maior parte da rede hospitalar conveniada é particular, os recursos públicos acabam indo para o empresariado da saúde. Imagine se o Corpo de Bombeiros recebesse por produtividade.

Collor vetou o capítulo da Lei Orgânica da Saúde que estabelecia critérios populacionais e epidemiológicos para o repasse de verbas para estados e municípios. Esse critério poderia propiciar a expansão e melhoria na rede pública de saúde, fazendo com que a rede privada passasse a ser progressivamente complementar, como prevê a Constituição.

Portanto, não é de se estranhar que convivamos com uma realidade de saúde em que está presente a volta das velhas epidemias (cólera, dengue, malária) e a expansão de novas epidemias como a Aids. A população está completamente desamparada quando necessita de atendimento à saúde, mesmo em São Paulo, Estado mais rico do país. Pesquisa recente mostra que a saúde é o segundo principal problema apontado pela população.

A rede pública estadual na Grande São Paulo está com 40% dos leitos desativados, déficit de 70% de enfermeiros, 50% de médicos e 40% de profissionais de nível médio, conforme levantamento do Sindsaúde feito em junho de 1993. A situação da rede pública, no Município de São Paulo, não é muito diferente. A falta de profissionais de saúde, em particular nas unidades mais distantes, tem transformado com frequência os problemas de atendimento em casos de polícia.

O caos na saúde no Município de São Paulo e em todo o país é de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, aplicadores do neoliberalismo, determinando o sucateamento dos serviços públicos para tornar mais fácil a privatização. A terceirização dos hospitais e a criação de fundações como o Incor significam restrições do atendimento universal à população, com prioridade para aqueles que têm convênios ou podem pagar atendimento. A legião dos excluídos de qualquer benefício social deve aumentar, o que significa total desrespeito aos preceitos constitucionais. A vitória do SUS só será possível com a implantação de um novo projeto político do país.

Fundação de Documentação e Memória
Maurício Grabois

Colaboraram Lilian Martins e Fábio Mesquita

RICARDO BUENO

Jornalista e professor de economia no Rio de Janeiro, ele sempre foi um crítico do pensamento econômico liberal e neoliberal. Recentemente, lançou o livro "Petrobrás: uma batalha contra a desinformação e o preconceito", em que defende a manutenção do monopólio estatal e desmonta os argumentos dos privatistas com dados sobre a importância da Petrobrás para o desenvolvimento nacional. Um dos mais conceituados comentaristas econômicos do país, Bueno fala das privatizações e do nacionalismo

por Weverton Brito Lima

Classe- É correto afirmar que privatizando empresas como a Telebrás e a Petrobrás estaremos saindo de um monopólio estatal para cair no monopólio privado?

Ricardo Bueno- Sim, porque empresas deste porte, em geral, devem ser compradas por enormes grupos empresariais. Na verdade, por um grande grupo empresarial multinacional ou então por um consórcio de grandes grupos nacionais de capital privado, ou ainda um misto de capital privado nacional e estrangeiro. E esse grupo, ou esses grupos, teriam, evidentemente, uma posição monopolística no mercado.

Classe- Nas áreas de petróleo e telecomunicações o que é melhor para o Brasil, o monopólio privado ou estatal?

Ricardo Bueno- O estatal é melhor porque atende mais aos interesses nacionais. Uma empresa como a Petrobrás, como um monopólio público, como um instrumento do Estado Nacional, tem que exercer uma série de funções que uma empresa privada certamente não exerceria. Por exemplo, no caso da BR Distribuidora, se ela fosse atuar como empresa privada voltada exclusivamente para o cálculo empresarial e para o lucro, teria que fechar de 20% a 30% de sua rede de distribuição porque essa rede dá prejuízo. São postos situados na Amazônia, em regiões de fronteira agrícola, em cidades e regiões do interior do Nordeste, que a BR só mantém porque uma das atribuições da Petrobrás é garantir o abastecimento de combustíveis em todo o território nacional. Se a empresa fosse privatizada, os compradores certamente não instalariam postos nesses lugares...

Classe- Essas regiões ficariam sem abastecimento...

Ricardo Bueno- Ficariam, ou se continuassem sendo abastecidas os preços seriam pelo menos duas vezes mais altos que os cobrados no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e outras localidades de fácil acesso. Isso significa que as atividades industriais, comerciais e de

serviços dessas regiões ficariam inviabilizadas. Haveria desequilíbrios regionais ainda mais acentuados e certamente ocorreria um esvaziamento econômico dessas regiões em favor das áreas mais desenvolvidas, num estímulo às migrações campo-cidade, ao inchaço das metrópoles.

Classe- E o pró-Álcool?

Ricardo Bueno- O pró-Álcool só existe porque a Petrobrás o banca, porque o álcool não é combustível competitivo como o petróleo nem com a gasolina. Ele é muito mais caro que a gasolina. E por que a Companhia faz isso? Por determinação do governo brasileiro. Ela compra álcool antecipadamente dos produtores, estoca o produto e faz a distribuição. Ora, uma empresa privada não se interessaria pelo pró-Álcool, em subsidiar o programa, em ter esses custos. Portanto, o programa também acabaria e qualquer tentativa brasileira de pesquisar fontes alternativas de energia também estaria seriamente comprometida.

Classe- A Petrobrás é uma das maiores investidoras no mercado interno.

Ricardo Bueno- A empresa sempre fez 85% de suas compras aqui dentro, no mercado interno. A Petrobrás é a maior cliente das nossas fábricas de máquinas e equipamentos da indústria de bens de capital. Se ela se pautasse, por critérios estritamente privados grande parte dos equipamentos que adquire seriam comprados lá fora, pelo simples fato de que no exterior esses equipamentos são mais baratos, principalmente quando é uma tecnologia nova com a qual as indústrias brasileiras ainda estão tentando se familiarizar. Evidentemente que nesses casos elas operam com custos mais elevados e às vezes levam vários anos para terem preços competitivos com os cobrados lá fora. Então a Petrobrás, mesmo sabendo que isso lhe prejudica, que isso reduz seu lucro, mantém a prática de comprar essas máquinas e equipamentos no mercado interno porque ela tem como função e tradição estimular a indústria nacional, o desenvolvimento científico e tecnológico, gerar empregos e renda aqui no país. Um monopólio privado nem de leve

agiria assim.

Classe- Os defensores das privatizações e do pensamento neoliberal dizem que no mundo de hoje o conceito de soberania nacional está superado. O que você pensa?

Ricardo Bueno- O que está se globalizando é a atividade produtiva e os mercados financeiros, os fluxos financeiros. Mas as fronteiras nacionais continuam existindo, a integridade do território nacional e a existência em cada nação de instituições permanentes como as Forças Armadas continuam sendo importantes. O que há é uma enorme confusão entre o processo de globalização da economia e o processo de permanente existência dos Estados Nacionais. Uma coisa não pode ser confundida com a outra.

E mesmo na globalização da economia é preciso analisar o processo com cuidado, porque os neoliberais vendem muito gato por lebre. Por exemplo, o capitalismo conseguiu transformar o mundo no seu mercado. O mercado do capitalismo é um mercado mundial. O consumo num certo sentido se globalizou. A atividade produtiva se globalizou muito menos porque está concentrada em 12 ou 15 países. Se formos ver aonde se concentra a atividade vamos encontrar os Estados Unidos, Japão, Itália, França, Inglaterra, os Tigres Asiáticos. Apenas 12 ou 15 países dominam grande parte da produção mundial.

Classe- O desenvolvimento científico-tecnológico é ainda mais concentrado...

Ricardo Bueno- Exatamente, ele está situado num número ainda menor de países, globalizou-se com menos velocidade que o consumo e que a produção, o que nos leva a ver que há níveis e níveis de globalização. Então, se você começar a fazer essas ponderações vai ver que apesar da globalização da economia existe uma série de funções que têm de ser cumpridas pelo Estado, principalmente em países de desenvolvimento retardado, de industrialização tardia, que podemos chamar de países atrasados, que enfrentam dramas estruturais muito sérios, caso do Brasil. Aqui, o Estado Nacional ainda tem missões estratégicas a desempenhar.



Classe- Apesar da pobreza da população, o Brasil é um dos países mais ricos do mundo. Quem tem medo do Brasil?

Ricardo Bueno- Os Estados Unidos certamente têm. Eu não diria medo, mas temor de que o país se transforme num concorrente sério aqui no Hemisfério Sul até agora dominado por eles. É preciso compreender que nas Américas o Brasil é a economia com maior grau de autonomia em relação aos Estados Unidos. Todas as outras são muito mais dependentes, têm base industrial muito menos complexa que a nossa, têm ligações internacionais muito menos diversificadas que a nossa e têm potencial de crescimento menor que o nosso. Isso faz com que os Estados Unidos não tenham nenhum interesse em promover o desenvolvimento econômico no Brasil. Eles em geral jogam mais duro com o Brasil que com os outros países da região quando se trata de renegociação da dívida externa, de liberação de empréstimos, dos contenciosos na área comercial, justamente pelo temor de que o Brasil se torne um competidor importante se acertar o passo de novo e voltar a crescer rapidamente...

Classe- O senhor pode citar dados sobre isso?

Ricardo Bueno- Se o Brasil tivesse continuado a crescer, nos anos 80 e agora nos 90, às mesmas taxas que cresceu de 1945 até o final dos anos 70, seríamos hoje uma economia maior que a Itália. O Brasil ainda é uma economia maior que a dos Tigres Asiáticos, maior inclusive que a da Coreia do Sul. O Brasil tem uma produção industrial, um valor de transformação industrial, superior ao da Inglaterra. Portanto, o Brasil é um país em condições de decolar do ponto de vista do desenvolvimento capitalista. É evidente que os Estados Unidos não têm nenhum interesse em ter aqui ao lado uma economia gigantesca, próspera e autônoma em relação a eles. Então se você me pergunta quem teme o Brasil eu diria que os Estados Unidos temem o Brasil, não o Brasil como hoje, mas o Brasil como poderá vir a ser.

A PETROBRÁS
BANCA O
PRÓ-ALCOOL
POR MANDO DO
GOVERNO

A PRODUÇÃO
GLOBALIZOU-SE
MENOS QUE
O CONSUMO
MUNDIAL

Eleições

Começa a campanha de rua

▼ Realizadas as convenções partidárias, os candidatos a presidente lançam-se à busca do voto. O mote de todos é o ataque à candidatura popular de Lula, preferido nas pesquisas.

Dilermando Toni

O início de junho marca uma nova etapa nas eleições presidenciais de outubro próximo. Acabou-se a "tranquilidade" das articulações e definição de alianças.

Até o início de agosto quando começarão os programas eleitorais de rádio e televisão, os candidatos dedicam-se a percorrer o país, divulgando seus nomes, visitando possíveis redutos e esforçando-se ao máximo para aparecer na mídia. Lula agora concentra esforços no eixo São Paulo, Rio, Minas, os maiores colégios eleitorais, visando consolidar a dianteira.

Nessa nova situação o que chama mais a atenção é o ataque dirigido por todos os outros candidatos, respaldados pela grande imprensa, à candidatura Lula e aos partidos da frente popular. Uma verdadeira orquestração, com feições diferentes a cada semana, sempre mais virulentas, que refletem o desespero das classes dominantes com a possibilidade de uma vitória histórica das forças populares.

Alguns têm dito tratar-se de "picuinhas" mas, na realidade, se os fatos forem somados e analisados com cuidado, chega-se à conclusão de que é algo mais grave. Uma espécie de acordo tácito das elites nos seguintes



Lula fala em manifestação no centro de São Paulo

termos: "vamos cercar Lula, tentar desbancá-lo, depois nos acertamos".

No início de maio bateram nas greves dos trabalhadores. Elas teriam "caráter político", para beneficiar Lula e prejudicar FHC. Não se preocuparam em saber se as categorias que recorreram à paralisação, haviam ou não sofrido perdas salariais com a introdução da URV. O motivo das greves seria Lula e não o Plano de Estabilização de FHC.

Outro mote da elite é o problema dos Sem-terra. Os trabalhadores rurais do MST são apresentados como um grande perigo, estariam organizados militarmente, agiriam ao completo arripio da lei promovendo "invasões" de norte a sul do país; uma verdadeira "ameaça à segurança nacional". Com essa conotação a imprensa reacionária dedica ao MST páginas e mais páginas, assim como os "melhores momentos" do Jornal Nacional da Globo. O ataque está em mostrar a ligação dos "radicais" Sem-terra com Lula. O caos se im-

plantaria no campo, no caso da vitória de sua candidatura. "Preocupado com esse explosivo problema", o almirante Flores da Secretaria de Assuntos Estratégicos (ex-SNI), colocou seus homens para vigiar o movimento.

Também aqui não se discute a verdadeira situação do campo. A violência da grilagem, os milhões de hectares de terra sem nada produzir em contraste com as milhões de famílias que não possuem um só palmo para trabalhar.

Pressão de fora. Passou quase despercebida a viagem que o subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, Lawrence Summers, fez ao Brasil na última semana de maio, com a finalidade específica de interferir no processo eleitoral brasileiro. Falando em nome de Clinton, Summers encontrou-se com o ministro da Fazenda Ricupero e outros técni-

cos da área econômica. Esteve também com o presidente da Fiesp, Moreira Ferreira. Depois foi à fonte, conversou durante 50 minutos com Aloizio Mercadante do PT que ouviu um recado "direto e objetivo".

"O questionamento do PT sobre a negociação da dívida externa gerou muita inquietação e deixou o mercado em grande expectativa", começou Summers. "Há divergências profundas entre as posições do sistema financeiro internacional e as do plano de governo do PT, referentes à abertura da economia, privatização e visão do Estado", continuou. "Isso poderá trazer dificuldades para o governo Lula em relação aos investimentos externos no Brasil", ameaçou para finalizar dizendo cinicamente que "apesar do programa não agradar o governo norte-americano, o novo governo brasileiro será reco-

nhecido (!) e com ele manteremos relações cordiais (sic)".

O carro de som. A essa abominável ingerência estrangeira no processo político brasileiro soma-se ainda o episódio do carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista utilizado por Lula para falar à categoria nas portas de fábrica. Na onda criada pela elite, o direitista Esperidião Amin, chegou a dizer que iria pedir a impugnação da candidatura popular.

Todo o fato serve para desnudar o caráter de classe da lei eleitoral 8713 que regula a atual disputa. Subir em carro de som de sindicato, mesmo com o convite aprovado em assembleia da categoria não pode.

Mas é permitido que as empresas destinem 2% de seu faturamento bruto para seus escolhidos. Assim, cada grande empreiteira pode "contribuir" com a bagatela de US\$ 40 milhões.

A discussão que se faz necessária é de como romper o cerco que as elites vão montando à candidatura popular de Lula. Fazer mais concessões ou demarcar claramente o campo com o neoliberalismo? "Deixar passar" ou denunciar firmemente as tentativas de intromissão estrangeira nos rumos da campanha?

Arrefecer os laços entre os partidos da frente popular ou fortalecer o núcleo de esquerda que a compõe, integrando participativamente os partidos e apresentando um programa único à sociedade? Ficaríamos com todas as segundas opções.

PCdoB unido no Rio

Mais de 250 pessoas estiveram presentes à Convenção Estadual do Partido Comunista do Brasil no Rio de Janeiro, dia 28 de maio quando foram homologadas as candidaturas de Jandira Feghali e Lindbergh Farias à Câmara Federal e de Edmilson Valentim à Assembleia Legislativa. Na oportunidade foram apresentados alguns dos novos filiados recentemente incorporados ao partido, a maioria líderes populares, sindicais e estudantis.

A Convenção ocorreu em clima de festa e entusiasmo revolucionário. A ela acorreram Alexandre Cardoso representando o PSB, Rodolfo Castro pelo PT, Raimundo Alves de Souza, presidente regional do PCB, Vital Nolasco, vereador do PCdoB na capital paulista, João Batista Lemos representando a direção nacional do PCdoB, Fernando Buarque

Gusmão presidente da UNE, Juana Nunes presidente da AMES, José Carlos Madureira coordenador nacional da UJS e diversas outras personalidades entre as quais se destacava a veterana dirigente comunista Elza Monerat.

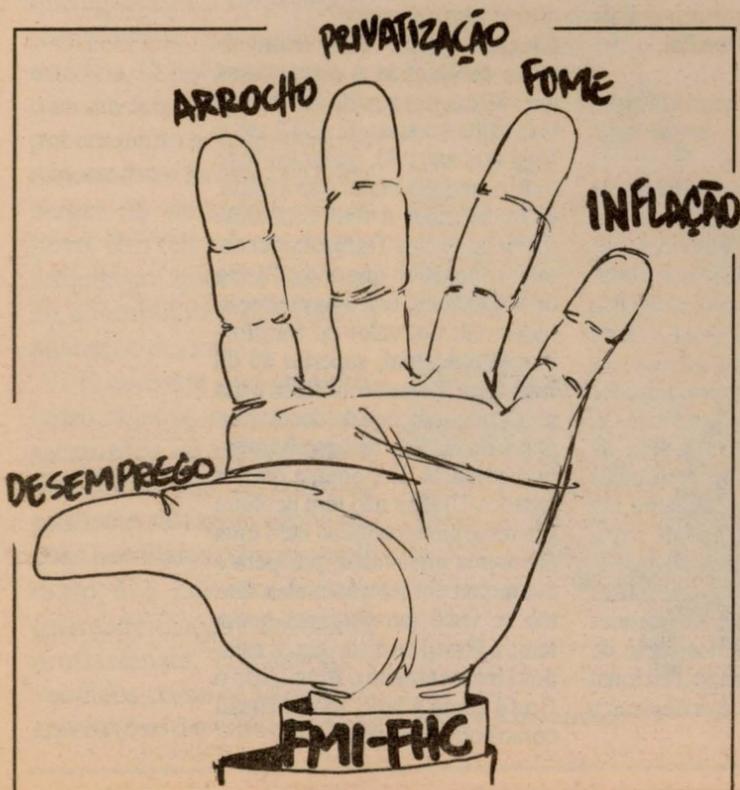
Valentia comunista. A deputada Jandira Feghali saudou os novos filiados lembrando que eles entram no partido num momento difícil, em que alguns fraquejam e viram as costas ao partido e à revolução. "É bom lembrar que mais perde quem sai do partido, que cresce a cada dia na luta do nosso povo. Perde porque abandona o rumo da revolução preferindo seguir o caminho dos projetos pessoais", disse ela. Por sua vez Lindbergh Farias fez uma lembrança de todo o partido. "Quero lembrar aos militantes que o partido tem

sido alvo de constantes ataques por parte dos conservadores justamente por representar o que eles mais temem, a transformação radical da cruel realidade brasileira. A nossa resposta virá com a eleição de nossos candidatos e com o crescimento cada vez maior do partido", concluiu.

Edmilson Valentim salientou que "os comunistas trabalharão pela vitória da frente popular e de Lula a fim de derrotar o projeto neoliberal e fazer avançar o movimento social organizado."

O PCdoB fluminense está integrando a frente de esquerda, composta além do partido pelo PT, PSB, PSTU, PCB, PV e PPS, em torno da candidatura de Jorge Bittar ao governo do Rio.

Colaborou Weverton Brito Lima/RJ



Eleições

Collor forma chapa em Alagoas

A Convenção Estadual do PFL alagoano causou o maior rebuliço nacional ao derrotar o vice de FHC, Guilherme Palmeira. Ali o PFL sacramentou seu apoio a Fernando Collor de Mello ao se coligar com o "chapão" organizado pelo governador Geraldo Bulhões. Palmeira havia se empenhado para que o "seu" PFL ficasse, pelo menos oficialmente longe de Collor.

Embora não seja a principal base partidária de Bulhões e Collor, o PFL alagoano joga um papel importante na disputa local e foi disputado pelos dois maiores blocos políticos na atual sucessão. O da situação, de Collor e Bulhões e o de oposição, uma ampla frente envolvendo o PMDB, o PSDB, e que conta com o apoio dos comunistas, coligados na proporcional.

Foi para combater o senador Divaldo Suruagy (PMDB), candidato da oposição e virtual vitorioso, que Collor e Bulhões formaram o "chapão", coligação dos conservadores com base no PSC, tendo como candidato ao governo Elionildo Magalhães (PPR), que foi superintendente da Sudene no governo Collor. Disputam o Senado Antônio Hollanda (amigo e compadre de Collor) e José, Moura (portador da carta de renúncia do ex-presidente).

Dessa forma ficou comprovada a anlise do PCdoB em Alagoas que alertava para o perigo da rearticulação de Collor e Bulhões nas eleições no Estado. O PCdoB chegou a ser atacado por divisionistas que argumentavam que "Collor estava morto e Bulhões acabado" não havendo portanto a necessidade de uma ampla frente de oposição para barrar-lhes o caminho, conforme preconizava o partido.

Segundo Eduardo Bomfim, presidente regional do PCdoB, "transformou-se em realidade o que alguns teimavam em desconhecer, buscando falsas soluções políticas e procurando dividir a oposição". Ele conclui seu pensamento afirmando que "a frente de oposição foi



Candidaturas de Bonfim e Ênio foram homologadas pelos mais de mil participantes

construída e vencer a batalha contra Collor e Bulhões, luta que o PCdoB em Alagoas nunca se enganou quanto ao caminho mais acertado e nunca vacilou em travar".

Convenção vitoriosa. Mais de mil militantes e vários representantes de outros partidos lotaram completamente o auditório do Espaço Cultural em Maceió na Convenção Estadual do PCdoB, dia 29 de maio, quando o partido homologou o nome do ex-deputado constituinte e vereador Eduardo Bomfim que concorre à Assembleia Legislativa e do ex-vereador de Maceió, Ênio Lins candidato à Câmara Federal. Foi também oficializada a coligação proporcional.

Num clima de entusiasmo compareceram delegações de todas as regiões do Estado, enfrentando a chuva que não parava de cair. De Maceió chegaram caravanas de bairros como Jatiuca, Tabuleiro, Jos, da Silva Peixoto, Cidade Universitária e outros. Também havia caravanas de estudantes e jovens, de categorias de trabalhadores como

bancários e servidores da Educação, professores da Ufal, artistas e intelectuais.

Representando o PTB I esteve o candidato a vice-governador Manoel Gomes de Barros. Pelo PSDB compareceu Evaldo Moreira e pelo PMDB o ex-deputado João

Neto. A direção nacional do PCdoB esteve representada pelo deputado federal Aldo Rebelo. Também esteve presente Alanir Cardoso pelo PCdoB de Pernambuco.

Eduardo Bomfim disse que o PCdoB dá a largada na campanha com a certeza de que optou pelo

caminho mais correto na política de alianças "pois seria preciso construir uma frente oposicionista forte para ter condições de enfrentar e derrotar os adversários principais do povo de Alagoas, que são o desgoverno de Geraldo Bulhões e seu patrocinador Collor de Mello."

Bomfim afirmou que o partido considera como caso superado a saída de ex-militantes do PCdoB por não concordarem com a política de alianças. "Não somos incoerentes ou obtusos para considerar inimigos ou mesmo adversários, num momento como este, políticos como Teotônio Vilela, Renan Calheiros, João Neto, José Costa e mesmo Divaldo Suruagy", concluiu.

Na Convenção o PCdoB de Alagoas ratificou a posição do partido a nível nacional de participar da frente popular que apóia a candidatura de Lula à presidência da República. "Entendemos que a candidatura Lula, que por enquanto abrange apenas partidos de esquerda, tem condições de se ampliar e construir um forte movimento nacional de defesa da democracia, do progresso social, dos direitos dos trabalhadores e da soberania nacional", foram as palavras de Ênio Lins a este respeito.

Paraíba vai de Simão

O plenário da Assembleia Legislativa da Paraíba estava repleto quando da realização da Convenção Estadual do PCdoB, dia 29 de maio. Na ocasião foram homologadas as candidaturas do partido: Simão Almeida deputado estadual que disputa a reeleição, o funcionário público Valtécio Brandão, que concorre a uma vaga de deputado federal, e da professora Francis Zenaide, que concorre ao Senado.

O partido integra a Frente Paraíba Popular coligado ao PT, PSTU, PV e PSB cujo candidato a governador, o vereador Avensoar

Arruda (PT), Antônio Cariri (PSB) a vice, e Joaquim Neto (PT) para a outra vaga de senador.

Durante a Convenção os comunistas paraibanos destacaram a importância da reeleição de Simão Almeida que exerceu um combativo mandato. É dele o projeto que proíbe a discriminação da mulher trabalhadora no Estado, assim como o que criou a meia-entrada para os estudantes. É da autoria de Simão a CPI que apura denúncias de superfaturamento de obras na construção de açudes e adutoras no Estado. Seu mandato também ganhou relevo pela luta

travada com o objetivo de moralizar o Legislativo, proibindo a aposentadoria de parlamentares após 8 anos de mandato.

Francis e Brandão, por seu turno, têm encontrado respaldo em vários setores da sociedade como reconhecimento do trabalho pela melhoria da qualidade do ensino e pelos direitos dos trabalhadores. Isto é, o que se pode deduzir da festa de lançamento das candidaturas comunistas no último dia 1. Mais de 600 pessoas prestigiaram o ato realizado no Clube das Voluntárias de João Pessoa.

Mato Grosso do Sul vai à luta

Com a participação de mais de 100 pessoas representando 15 municípios do Estado realizou-se no dia 29 de maio a Convenção Estadual do PCdoB. O partido homologou sua participação na coligação "Frente Popular" - PMDB, PSDB, PSB, PCdoB, PV, PSD e PL - que tem o senador Wilsom Martins como candidato

a governador. Essa frente representa uma oposição ao atual governador Pedro Pedrossian, comprometido com a fase do governo Collor.

Compareceram ao evento dos comunistas o candidato a vice-governador, Braz Melo, e o candidato a senador Ramez Tebet (PMDB), além do presidente regi-

onal do PSB, Antônio Sabóia.

O partido está lançando a funcionária pública, arquiteta e sindicalista, Maria Teresa para disputar uma vaga na Câmara dos Deputados. Ela está articulando "dobradinhas" com candidatos a deputado estadual de outros partidos da frente a fim de dar uma maior densidade a sua candidatura.

Sergipe, o povo na frente

A disputa eleitoral para o governo de Sergipe está polarizada entre a coligação das forças progressistas "O povo na frente" - PDT, PCdoB, PT, PMN, PSB e PP - que tem como candidato Jackson Barreto (PDT) e conta com o apoio de vários dissidentes das elites. De outro lado está a reação rígia oligarquia da cana numa coligação do PFL, PSDB e PMDB encabeçada pelo senador Albano Franco (PSDB).

A coligação "O povo na frente" foi aclamada por 15 mil pessoas na convenção do dia 27 de maio e representa a possibilidade concreta de retirar o Estado da crise sem precedentes que atravessa, fruto da longa dominação da oligarquia reacionária. Para agravar o quadro, uma seca que já dura 3 anos, dizima o gado e plantações no interior. O PCdoB de Sergipe que se

esforçou para que fosse concretizada a coligação progressista agora está empenhado em eleger os candidatos do partido que são Edvaldo Nogueira, à Câmara Federal e o ex-presidente da Fundação Cultural de Aracaju, Bosco Rolemberg, à Assembleia Legislativa.

Edvaldo, vereador em segundo mandato. Na última eleição triplicou o número de votos na capital e interior do Estado. Bosco, artista plástico e ex-preso político. Ambos são amplamente reconhecidos pelo trabalho que têm feito a favor da união das forças progressistas e em defesa da democracia.

O apoio que têm recebido nas visitas aos bairros, nas caravanas ao interior, no acompanhamento de perto da situação dos assentados, vai demonstrando que eles têm chances reais de vencer mais esta batalha.

O PCdoB de Goiás apresentou Divino Goulart, líder sindical e pequeno produtor rural, como candidato ao Senado, durante o ato de lançamento da Frente Popular no último dia 30 de maio. Dessa forma completa-se a chapa majoritária da frente que tem como candidato a governador Luiz Antônio (PT), Athos Pereira para vice e a outra vaga do Senado pleiteada pelo deputado estadual

Athos Magno (PT).

A candidatura de Divino, atual secretário-geral da Federação dos Trabalhadores na Agricultura, foi recebida com entusiasmo pela coligação da qual participam ainda O PPS, PSTU, PMN e PV.

Divino foi por duas vezes presidente da Fetaag e do STR de Morrinhos. Participou ativamente da conquista de 26 assentamentos, onde foram beneficiadas

quase duas mil famílias. "Eram pessoas que viviam nas periferias das cidades, desempregadas, que hoje têm terra para plantar, casa, escola e energia elétrica. Isto prova que a reforma agrária, progresso", diz o líder sindical, entusiasmado com o novo desafio da candidatura.

Colaboração: Ênio Lins/AL, Niura Belfort/SE, Lairson Palermo/MS, Luiz Carlos Orro/GO e Waldir/PB.

Movimentos

TEMA EM
Debate**O dialético
futebol brasileiro:
paixão e alienação**Renato Sampaio Saddi
de São Paulo

Para aqueles que assistiram aos jogos do Brasil tricampeão em 1970 ao vivo e a cores (a cores apenas recentemente nos videotapes da Bandeirantes) e mesmo para os mais jovens que puderam conhecer a magia de um Pelé, Tostão, Gérson, Rivelino e Jairzinho, uma análise curiosa poderia ser feita a partir de nossas "filosofias futebolísticas". Afinal, somos ou não 150 milhões de técnicos de futebol?

Se sim, se não, não é isso que importa aqui. O fato é que o futebol mudou. Mas foram mudanças parciais, ajustes e apertos. Algumas reformas, melhor dizendo. O que em tese podemos interpretar como enganação. Senão vejamos: nas regras, poucas alterações - o atraso de bola para o goleiro; a linha do impedimento; a permissão para o técnico se aproximar da linha lateral e dar instruções aos seus jogadores. Na evolução tática (ou retrocesso?) os sistemas de jogo parecem ter-se adaptado às possibilidades de marcação, número de passes certos e velocidade nas jogadas, o que certamente tem a ver com os avanços na preparação física, entre eles, os da fisiologia do exercício, nutrição e atividades físicas alternativas. Na cartilagem, nada mudou.

A paixão do brasileiro pelo futebol é a mesma de 1970 para 1994, com uma agravante: a desorganização e a consequente violência nesse esporte têm afastado muita gente dos estádios. O individualismo da maioria dos jogadores (ávidos por um lugar ao sol) somado às expectativas, frustrações e descargas de um sofrimento do povo, têm feito dessa paixão-religião um aparelho ideológico, contribuindo, assim, para a alienação das massas.

É evidente que esse processo objetivo-subjetivo é característico do capitalismo e, particularmente, em nosso capitalismo selvagem ganha feições peculiares. Um exemplo disso é a comercialização (mercadorização) de atletas profissionais, comprados e vendidos como se fossem escravos (é só dar uma olhada na

atual Lei do Passe, ainda escravagista).

É evidente também que a dialética paixão-alienação não ocorre solta, descontextualizada. Mas, sim, interconectada com as expectativas e concessões que conjuntamente as classes dominantes desenham. Se, por um lado, a esperança do tetra envolve e seduz qualquer cidadão brasileiro, a Copa 94 pode, por outro lado, ofuscar as consciências na medida em que as elites jogarão pesado nesse tema, da mesma forma que o fizeram no tricampeonato de 70.

O filme "Pra frente Brasil" ilustra bem essa questão - tortura, perseguição política... e o povo gritando "Salve a Seleção". Quem achar tudo isso besteira, é só atentar para o artigo de Abram Szajman, presidente da Federação do Comércio do Estado de São Paulo, na Folha de S. Paulo de 29 de abril passado. Diz ele: "O brasileiro vai esquecer eleições, URV, real e unir-se para aplaudir a Seleção nos Estados Unidos...". Pedindo a Parreira "liberdade" aos nossos craques, explicita com a pior cara de pau os interesses empresariais na Copa: "A burocracia é o grande mal deste país. Políticos e empresários vão ganhar dinheiro; mas é pouco. O universo empresarial poderia contabilizar lucros maiores com cada gol de nossa Seleção."

De qualquer forma, fica para reflexão o seguinte tema: a dialética paixão-alienação no futebol brasileiro remete a que cuidados políticos, filosóficos e de conjuntura?



Viola e Raí no treino

Não queremos só comida...

▼ A decisão do Supremo Tribunal Federal do dia 19 de maio, proibindo greve de servidores públicos nas esferas: federal, estadual e municipal, é no mínimo despotista



Manifestação em São Paulo

Sulavan Fornazier

Diretor do Sindibel e presidente da Fedesp-MG

Essa decisão desconsidera um dispositivo constitucional que deveria ser respeitado como princípio, mesmo sem regulamentação, sob pena de estar ofendendo a outro princípio: o da "não discriminação". Deve-se considerar uma injustiça submeter os destinos de tão numerosa categoria, vital ao país, à irresponsabilidade da maioria dos parlamentares no Congresso Nacional que, por interesses diversos, em quase seis anos passados desde a promulgação da Constituição brasileira, ainda não regulamentou essa matéria, bem como tantas outras fundamentais para a sociedade. Então os indignados perguntam: por que a revisão constitucional (inconstitucional)? Ainda com quórum qualificado (desqualificado)? Quais seus objetivos (escusos)? A quem interessa (Tio Sam)? Descene necessário discorrer em detalhes. Poupe-nos!

A responsabilidade do Supremo, enquanto guardião maior das leis e da justiça, é de se pronunciar perante a omissão do legislativo no sentido de preservar a Constituição, jamais se colocar acima desta.

Decisão política. O STF compromete ainda mais sua credibilidade ao tomar uma decisão claramente política diante da conjuntura atual, marcada, principalmente, pela disputa eleitoral histórica para o Brasil, dado sua amplitude e caráter.

O movimento sindical brasileiro, no seu legítimo papel, vem combatendo firmemente no campo das idéias o projeto neoliberal, demonstrando seu caráter reacionário, concentrador de rendas e antinacional. Desmascarando também a tese do "Estado Mínimo" que longe de viabilizar o país, objetiva doar o patrimônio público ao grande capital nacional e internacional, enfraquecendo o Estado e distanciando o povo da decisão de seu próprio destino em favor de uma elite hipócrita que nunca contribuiu com o mínimo de esforço e concessão para a solução dos problemas do país, muito pelo contrário.

Neste contexto, enquadra-se o plano FHC2 que como os demais planos de ajuste aplica a velha receita de arrochar os salários para conter demanda. Assim, novamente,

apenas os trabalhadores pagam a conta da incompetência de nossos governantes, que dão um tiro no escuro contra a inflação recusando-se a atacar a verdadeira raiz deste problema: a dependência econômica do Brasil, calcada na dívida externa e interna que são geradas em benefício dos grandes banqueiros nacionais e internacionais.

Greve x crime. No momento em que eclode a radicalidade dos movimentos, os interlocutores dos governos e dos patrões, através da grande imprensa despejam ao público críticas abjetas, tratando os grevistas como criminosos, generalizando possíveis abusos isolados ou de lideranças despreparadas. Não tocam, porém, na radicalidade dos governos e patrões. Não destacam seus abusos e despreparo como homens públicos e empresários.

A greve é um recurso de luta dos trabalhadores para se defenderem da intransigência dos patrões. Portanto a responsabilidade pelos transtornos causados pelas greves é também dos governos e patrões. No caso específico aqui tratado, se o governo se propusesse a negociar seriamente com os grevistas, colocando à frente dos objetivos, a valorização dos servidores e a melhoria dos serviços prestados à população, com certeza não haveria greve e o povo seria melhor servido. Tampouco as concessões dificultariam a economia do país visto que a falta de recursos do governo não ocorre pelo gasto com seus funcionários, mas pelo que não gasta com seu aprimoramento e condições de trabalho. Afora, pelo que se perde em desvio e desperdício (corrupção).

Assim, não se pode negar o direito dos trabalhadores de lutar para recuperar as atuais perdas salariais, já que muitos sapos foram obrigados a engolir. A decisão do STF perde o senso de justiça e atende aos interesses espúrios de setores minoritários da sociedade em detrimento da soberania nacional.

Estranha coincidência. Finalmente, a não estranha coincidência de tal decisão favorecer os interesses eleitorais das elites que têm neste plano o sustentáculo de uma candidatura distanciada dos anseios populares. Era certo que a grande mobilização dos servidores públicos, principalmente na esfera federal, levaria o governo a ceder às reivindicações justas dos grevistas, comprometendo o sucesso do plano FHC2 e por consequência a candidatura do ex-ministro Fernando Henrique Cardoso.

Não queiram subestimar a inteligência dos trabalhadores negando esta relação. Os servidores públicos não devem intimidar-se no exercício de seu direito. Porque se assim fizerem estarão sustentando uma discriminação mesquinha que coloca os servidores públicos como sub-extrato da sociedade que não podem sentir orgulho de serem trabalhadores.

Ao invés do STF perder-se em conceitos e retóricas etimológicas, deveria reconhecer o servidor público como trabalhador igual a qualquer outro, sem reservas, exercendo seu papel de justiça sem se apoiar na inércia do legislativo para justificar sua própria omissão.

Agora, é necessária a regulamentação desta matéria. Deve haver um compromisso maior do movimento sindical em pressionar o Congresso nesse sentido. Compromisso que o poder Judiciário pode assumir também, pois, certamente, a adequação, regulamentação e simplificação das leis, através do Grupo de Trabalho, é fundamental para o bom desempenho do Judiciário, tornando-o ágil e justo.

Movimentos

5º ConCUT prioriza unidade

▼ O 5º Congresso, ao contrário do anterior, debateu de forma civilizada as divergências existentes na CUT. Mas permanece a concepção aparelhista da Articulação, que impede maior democracia na entidade

Guiomar Prates

O 5º Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores, realizado em São Paulo, de 19 a 22 de maio, elegeu Vicente Paulo da Silva para presidir a entidade. Ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, ele faz parte da corrente *Articulação*, que terá 14 membros na executiva. A *Corrente Sindical Classista*, segunda maior força no congresso, terá quatro membros na executiva, a *CUT Pela Base* e o *PSTU*, indicaram dois cada e três forças menores ficaram com um cargo.

As tão esperadas polêmicas aconteceram mas ficaram subordinadas ao ponto de unidade que é a necessidade de eleger o candidato da frente popular à Presidência da República no próximo pleito. Esse consenso foi decisivo para que a CUT saísse unificada do congresso e para que posições tão divergentes, principalmente com relação à democracia e à estratégia da entidade, e à organização do movimento sindical, tivessem composto, ao final, uma chapa unitária.

A proposta de composição de uma chapa de oposição não se viabilizou. A *CUT Pela Base*, já uma semana antes do Congresso, se posicionou contra a idéia, pois não queria criar problemas de convivência com a *Articulação* dentro do PT.

Diante da impossibilidade da oposição se apresentar com uma chapa única e depois de intensas negociações, decidiu-se por uma chapa que incluísse todas as forças que atuam na central. Cada cor-



Abertura do 5º ConCUT reúne personalidades e tem a presença de Lula

rente indicou o número de diretores correspondente a sua força no Congresso. Mesmo com a chapa de unidade, ficaram marcadas as divergências que existem na central. Algumas propostas dividiram o plenário e, quando a *Articulação* ficou sozinha, foi necessário contar crachá para verificar de que lado estava a maioria. Isto se deu, particularmente no que diz respeito à organização da CUT: criação da secretaria da mulher e manutenção das CUTs Regionais.

A secretaria da mulher foi rejeitada, mas o congresso manteve a deliberação do encontro da mulher trabalhadora da CUT, de que a diretoria deveria ter, pelo menos 30% de mulheres.

Democracia de palavra. Quanto às CUTs Regionais definiu-se que caberá a cada CUT Estadual decidir ou não pela sua manutenção. Esta decisão dificulta ainda mais a democracia interna da CUT. "Reforçar as CUTs Regionais é uma forma de democratizar e descentralizar a atuação da Central, garantindo que ela seja um referencial de luta para os trabalhadores", afirmou Wagner Fajardo, metroviário de São Paulo, que defendeu a continuidade dessa instância da central.

Mas, no que se refere à democracia interna, o congresso significou um retrocesso, na medida que referendou a postura hegemônica da *Articulação*, que

recusou, entre outras proposições, a proporcionalidade qualificada.

Uma das novidades do Congresso é que a *Corrente Sindical Classista* se firma como alternativa ao sindicalismo social-democrata e do tripartismo. Ao mesmo tempo em que leva a segunda maior bancada ao Congresso, conquista o respeito dos sindicalistas.

Estratégia do capital. Defender a unicidade sindical rendeu pontos para a CSC. A defesa de Wagner Gomes e Sérgio Barroso (que integram a executiva) foi um dos poucos momentos de completo silêncio no plenário. Os delegados presentes, incluindo muitos da bancada situacionista e que acabaram votando contra (seria a cabresto?) aplaudiram entusiasmados quando Barroso afirmou que "os trabalhadores não podem se unir à Fiesp e aos empresários na defesa do pluralismo sindical, pois esta é uma estratégia dos capitalistas para fragmentar e dividir os trabalhadores para implementar a flexibilização dos direitos trabalhistas, a terceirização etc". A *Corrente Sindical Classista* defendeu a organização dos trabalhadores por ramo de atividade. Hoje, os empresários, ao mesmo tempo em que defendem o estatuto do pluralismo sindical em que se baseia a Convenção 87 da OIT, impedem a mínima organização dentro das fabri-

cas.

Algumas bandeiras importantes foram incorporadas ou reforçadas pela CUT, como a defesa do socialismo, o repúdio incondicional ao bloqueio americano a Cuba e a necessidade de prestar solidariedade concreta ao povo cubano.

Apoio a Lula. Outro ponto que prometia render era o apoio ou não da CUT à candidatura de Lula já no primeiro turno. Lula esteve presente e defendeu que a CUT não deveria decidir pelo apoio à sua candidatura. No final, uma solução que agradou a quase todos: os delegados presentes ao congresso assinaram manifesto em que apóiam Lula e aprovaram que os sindicatos filiados à Central devem levar a discussão às suas bases e que os trabalhadores se engajem na campanha.

Diversas delegações internacionais estiveram presentes ao 5º ConCUT, incluindo as centrais mundiais, Ciosl, FSM e CMT. O representante da Ciosl foi vaiado por quase metade do plenário, mas na hora de votar, prevaleceu a decisão de manter a CUT filiada a esta central. Além delas, vieram representantes de centrais ou confederações sindicais de Portugal, Holanda, Espanha e Galícia, China, Suécia, Canadá, Bélgica, França, Cuba, EUA, Alemanha, Itália, Argentina e Uruguai.

Bom dia
Lei de Patentes

O Fórum pela Liberdade do Uso do Conhecimento (Fórum das Patentes) promoveu no dia 27 de maio, às 19 horas, no auditório Pedrosa Horta da Câmara dos Vereadores de São Paulo, um ato político contra o projeto de Lei de Propriedade Industrial, que tramita no Congresso Nacional. Com a presença de cerca de 80 pessoas e 40 entidades representadas, o ato marcou o lançamento do II Dossiê das Patentes, que denuncia todas as mazelas do imperialismo em dominar a propriedade industrial, em prejuízo da produção científica dos países do terceiro mundo.

Coordenado pela presidente da Federação Nacional dos Farmacêuticos (Fenafar), Gilda Almeida de Souza, a mesa do ato foi composta por: Sara Kanter, da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Nacionais (Alanac); Noemy Yamaguishi Tomita, do Conselho Regional de Biólogos; Euzébio Rocha; o deputado federal Aldo Rebelo e a vereadora da cidade de São Paulo, Ana Martins ambos do PCdoB.

Sara Kanter fez uma breve explanação sobre a situação da propriedade industrial no continente americano. Segundo ela, em três anos, 20% da população canadense perdeu o acesso a remédios. Aldo Rebelo lembrou que o Bom dia Brasil, "transformou-se no Bom dia Patentes", porque todo dia, uma pessoa defendendo o projeto era entrevistado no telejornal da Rede Globo. Rebelo, juntamente com entidades representativas, marcou audiência com o presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), dia 7 de junho, às 11 horas. No mesmo dia, às 14 horas ocorrerá um Seminário sobre patentes com a presença do relator do projeto de Lei no Senado, Antonio Mariz (PMDB-PB). Segundo Rebelo, não é possível votar a toque de caixa, matéria tão importante para o desenvolvimento tecnológico do país.

O presidente da Câmara das Empresas Brasileiras de Capital Nacional (Cebracan), Luís Otávio Ataíde, disse que interessa ao capital estrangeiro manter esse quadro confuso sobre esta questão. Ele explica que o "povo deve ter consciência de tudo o que se está fazendo" e essa tarefa é nossa, já que os meios de comunicação não têm interesse em aprofundar o assunto. "Devemos levar o debate para as universidades", defende Ataíde, assim como para toda a população. Já Euzébio Rocha afirmou que os EUA querem "transformar a vida em mera especulação com isso aumentar a poupança de seu país. Mas asseverou: "o Brasil não será colônia de ninguém". Para Ana Martins, "os intelectuais e nacionalistas precisam se organizar para ajudar os setores populares a compreender melhor essa questão." Rebelo finalizou afirmando que a luta pela liberdade do uso do conhecimento.

Mulheres foram 25,6% dos delegados

Estiveram presentes ao 5º ConCUT 1918 delegados ou 95% dos delegados inscritos. Eles representam 15 milhões de trabalhadores em nome dos quais a CUT negocia. Do total de delegados, 5,2% eram trabalhadores rurais e 25,6% mulheres.

O Estado com maior delegação (26,12% do total) foi São Paulo, seguido da Bahia (8,65%) e Rio de Janeiro (8,29%). O Tocantins foi o Estado que teve a menor participação, com dois delegados (0,10% do total).

Uma pesquisa realizada durante o congresso concluiu que 543 delegados (38,5%) têm grau superior completo; 224 (15,9%), superior incompleto; 244 (17,3%) têm colegial incompleto; 91 (6,5%) têm primeiro grau completo; 78 (5,5%) têm primeiro grau incompleto; e 4 delegados (0,3%) não têm nenhum grau de instrução.

Maioria dos sindicatos prefere a CUT

A CUT é reconhecida hoje como a maior e mais representativa central sindical brasileira. Ela possui 2.235 sindicatos filiados, que representam 18.316.114 trabalhadores na base e que têm 5.245.021 associados. Esses dados são do Cadastro Nacional da CUT de 9 maio deste ano.

Apesar da campanha que a mídia tem feito contra a CUT, ela é preferida pelos trabalhadores na hora de decidir a qual central querem se filiar. Segundo levantamento do IBGE, existem 7.460 sindicatos de trabalhadores no país. Desse total, 54,8% são filiados a uma central, assim distribuídos: à CUT, 30%; à Força Sindical, 13%; e à CGT (Confederação), 12%. Existem 3.370 sindicatos não filiados a uma central sindical.

Dos 54,8% de sindicatos filiados, a CUT tem 54,6%, enquanto a Força sindical tem 24% e a CGT, 21%.

DANIEL VAZ

Movimentos

Comunistas albaneses

se reorganizam

Em novembro de 1993 o Partido Comunista da Albânia - PCA - tornou pública uma declaração que assinala entre outras coisas: "As causas fundamentais da tragédia que vive o povo albanês são, de um lado, a traição e a degenerescência do Partido do Trabalho da Albânia (PTA) e, de outra parte, a pressão estrangeira.

"Passado certo tempo, Ramiz Alia (o último presidente do PTA) trabalhou conscientemente pela destruição do partido. Ele abriu a porta aos antigos traidores e aos sabotadores do movimento de libertação nacional, ele próprio lançou os primeiros ataques contra Enver Hoxha.

"Atualmente existem 500.000 desempregados na Albânia, sem contar o meio milhão de albaneses que emigraram para procurar emprego na Itália, Grécia ou França. Com seus 40.000 policiais o Estado albanês se transformou num Estado policial. A política governamental é ditada diretamente pelo embaixador dos Estados Unidos em Tirana.

"Em 13 de outubro de 93, 100.000 pessoas se manifestaram em Tirana. As palavras-de-ordem foram: 'Abaixo o presidente fascista! Fora o embaixador yankee!' O governo deu ordens para abrir fogo contra os manifestantes.

"O PCA não pôde existir legalmente mais que dois meses. Assim que o governo constatou que o PCA ganhava mais e mais adeptos, colocou-o na ilegalidade. Um decreto estipulou que 'os comunistas, os enveristas e os estalinistas não poderiam participar das eleições'.

"O PCA segue a linha política do PTA dos tempos de Enver Hoxha. Nossa primeira tarefa consiste em organizar todos os comunistas albaneses, e os patriotas, na Albânia e no estrangeiro, para a luta contra o fascismo e pela restauração do socialismo"

Morre no Chile Erich Honecker

No domingo, 29 de maio, faleceu na capital chilena Erich Honecker que esteve à frente do governo da República Democrática Alemã (RDA) por dez anos (1971/89). Tinha 81 anos e morreu vítima de um câncer no fígado.

Honecker foi alijado do poder em fins de 1989, perseguido pelos conservadores que passaram a dominar o país, exilou-se inicialmente na URSS em 1991. Pouco tempo depois Yeltsin mandou-o de volta para a Alemanha onde as forças reacionárias no poder, lhe moveram processos baseados no revanchismo político, destituídos de fundamentos jurídicos.

Em sua defesa Erich Honecker protestou contra o tratamento de criminoso que lhe quiseram imputar e reafirmou sua convicção no socialismo "como única alternativa para uma sociedade mais justa e humana".

Conferência defende habitação popular

▼ A Confederação Nacional das Associações de Moradores promoveu a 1ª Conferência Nacional de Habitação em Brasília, de 24 a 27 de maio, patrocinado pela Caixa Econômica Federal. Foram aprovadas propostas em defesa da moradia popular

Marcos Ruy

"Construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação", escreveram os organizadores no Manifesto pela Moradia, lançado ao final da Conferência

Estiveram presentes cerca de 400 pessoas, sendo 358 delegados, representando 25 estados. José Paulo Bisol (PSB), candidato à vice-Presidência da República, o deputado federal

Ex-guerrilheiro é encontrado

Foram encontrados no Município de Paraíso (TO) os restos mortais do advogado catarinense e ex-guerrilheiro Arno Preis. Ele pertenceu à Aliança de Libertação Nacional (ALN) e ao Movimento de Libertação Popular (Molipo) e foi assassinado pela repressão em 1972. O fato reacendeu a questão dos desaparecidos políticos do país.

Embora tenha sido encontrado em outubro, o corpo só chegou à Assembleia Legislativa de Santa Catarina na noite do dia 2 de maio. É a primeira vez que uma Assembleia Legislativa recebe os res-



Wladimir Dantas, presidente da Conam discursa na conferência

Aldo Rebelo (PCdoB), o deputado Paulo Mandarino (PPR), presidente da Comissão Especial de Habitação na Câmara dos Deputados, e o relator do substitutivo do projeto do Fundo Nacional de Habitação na Câmara, entre outros prestigiaram o evento. Diversas entidades também compareceram: a CNBB, o Fórum dos Secretários Estaduais de Habitação, Fórum Nacional dos Prefeitos, CUT, CGT, Federação Nacional dos Engenheiros, Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Federação das Associações Comunitárias do Estado

de São Paulo, entre outras.

A Conferência apontou caminhos e soluções para a criação de um Sistema Nacional de Habitação e Saneamento (SNH), priorizando programas voltados à população de baixa renda; para o estabelecimento de uma política de subsídios intransferíveis para as famílias carentes. Assim como para a definição clara das competências dos órgãos integrantes do SNH; a criação de um Fundo Nacional de Habitação; e para a solução simultânea das questões urbana e agrária do país.

Os organizadores conclui-

ram que "o país que queremos não é diferente daquele que está na Constituição, mas é diferente do país que somos hoje, das favelas, dos cortiços, dos desabrigados". Para isso, a Conferência resolveu lutar para que o problema habitacional seja encarado como uma questão social e não mais policial, como em geral ocorre no país. Resolveu lutar pela criação de Conselhos Populares com poder de decisão nas questões de moradia, com políticas renovadoras e utilização das mais modernas tecnologias existentes.

Juventude mostra força

A União da Juventude Socialista deu demonstração de força com o sucesso do 4º Congresso estadual de Sergipe, realizado em 20 e 21 de maio, em Aracaju, com participação de mais de 150 filiados que discutiram o programa político da entidade para o período de 1994/95.

Durante o evento, foi definida uma plataforma para ser discutida com os candidatos que receberão apoio da entidade. Entre as propostas estão a melhoria do ensino público e gratuito nas escolas estaduais; a democratização do ensino com eleições diretas para diretor com a participação da comunidade escolar; criação, ampliação e democratização de espaços culturais para a juventude; e passe-livre para os estudantes no transporte coletivo.

A UJS também quer intensificar as lutas contra a privatização da universidade, contra a estadualização das escolas técnicas federais, defesa e luta da ampliação do Estatuto da Criança e do Adolescente, além de incentivar os jovens maiores de

16 anos a tirarem o título de eleitor.

Entendendo a importância do momento político em nível nacional e particularmente em Sergipe, os congressistas definiram apoio à coligação "O Povo na Frente", formada pelo PT, PDT, PCdoB, PSB, PMN e PP, encabeçada pelo ex-prefeito Jackson Barreto, com chances de derrotar as forças conservadoras no Estado. Para deputado estadual, a UJS apoiará os candidatos Bosco Rollemberg (PCdoB), Renato Brandão (PT) e Emanuel Nascimento (PDT). Para federal o nome é o do vereador Edvaldo Nogueira (PCdoB).

No dia 20 de maio, o destaque do Congresso foi o debate sobre o socialismo, tendo como expositor Edvaldo Nogueira. Os jovens saíram convictos de que não basta apenas suas propostas serem colocadas em prática, mas que haja a transformação da própria sociedade. No final dos trabalhos foi eleita a nova diretoria, cuja presidência permanece com a estudante universitária Indira Amaral.

Sem-terra novamente na estrada

Os sem-terra que ocuparam pela terceira vez a improdutiva fazenda Jangada, em Getulina (SP) permanecem sem solução para o caso. A primeira ocupação ocorreu no ano passado, quando cerca de 2.500 famílias acamparam na Jangada e depois de um mês, fizeram acordo e saíram do local. O governo federal reconheceu a improdutividade da fazenda e decretou sua desapropriação. Mesmo assim, os sem-terra ainda não foram assentados.

Na primeira desocupação, a violência policial foi grande, houve vários feridos e os sem-terra

caminharam para o centro do distrito de Macuco em Getulina. Na segunda ocupação, os lavradores resolveram sair após o suspeito assassinato de um suposto parente de um empregado da fazenda.

Agora, os trabalhadores sem-terra resolveram sair novamente e acamparam na beira da estrada. Segundo o coronel da Polícia Militar de Bauru, Humberto Cezaroti, foram mobilizados 800 policiais para cumprir o mandato judicial de despejo dos sem-terra. O problema da terra no Brasil ainda é tratado como caso de polícia.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Jean Pierre Page na plenária de abertura do 5º ConCUT

Política de Balladur é anti-social

Jean Pierre Page, diretor de relações internacionais da CGT francesa esteve no Brasil para participar do 5º Congresso da CUT. Nesta entrevista exclusiva para A Classe Operária, Jean Pierre fala sobre a situação da Europa e o movimento dos trabalhadores para conter a onda neoliberalizante e garantir seus direitos

por Guiomar Prates

Classe - Como o senhor avalia a política de Balladur, principalmente no que se refere às privatizações?

Jean Pierre - A política do governo Balladur é anti-social. É muito agressiva e brutal sobre o emprego, desenvolvendo a flexibilidade no trabalho, reduzindo os salários e diminuindo ao máximo possível a proteção social. É uma ofensiva sem precedentes contra os direitos dos trabalhadores franceses e contra a qual nós estamos nos mobilizando, nos contrapondo.

Esta política, a serviço do grande capital financeiro, patrocina uma série de privatizações de empresas que fazem parte do patrimônio nacional. Contra estas orientações, nosso movimento sindical desenvolveu lutas importantes e conquistamos algumas vitórias também significativas. Destacamos as manifestações que permitiram reunir os jovens, contra a disposição que visava, sobre o mesmo tipo de trabalho, pagar um salário que era 20% menor que o salário mínimo.

Classe - Como se fez, na prática, a unidade do movimento sindical e o de juventude?

Jean Pierre - A juventude, com suas organizações, se mobilizou de uma forma muito dinâmica e foi uma coisa muito importante o efeito que criou a ação destas organizações e entidades sindicais, principalmente a CGT. Foi isto que permitiu a vitória, junto com a simpatia da opinião pública francesa, e fez o governo renunciar a esta proposta. A condução da luta permaneceu sob a responsabilidade dos jovens, foram eles que determinaram, organizaram as

manifestações com nosso apoio. Eles foram, do começo ao fim, os proprietários da luta e isto é muito importante porque pela primeira vez estes jovens que entram na vida ativa tiveram uma experiência concreta e vitoriosa da ação coletiva.

Classe - Como a esquerda francesa combate o racismo, que é uma questão que preocupa o mundo inteiro?

Jean Pierre - Este é um alvo constante das preocupações das entidades sindicais, das organizações democráticas francesas. A França não é um país racista, é um país que tem manifestações de racismo que são encorajadas por organizações extremistas. Nas empresas francesas, onde os sindicatos são ativos, não podemos afirmar que existe uma divisão entre os trabalhadores franceses e os trabalhadores imigrantes. Eu acredito que isto acontece porque temos um engajamento muito grande neste ponto, uma preocupação constante em informar, em conscientizar que o racismo é uma imposição utilizada para dividir os trabalhadores. Neste último mês houve manifestações muito boas, chamadas por nós e dezenas de entidades democráticas, em toda a França, para nos manter mobilizados em face das manifestações de racismo que acontecem na crise da sociedade francesa, da sociedade capitalista.

Classe - Para os trabalhadores o que muda com o Mercado Comum Europeu?

Jean Pierre - Nós teremos em menos de um mês as eleições europeias. A Europa vai se pronunciar por uma unidade europeia que responda às necessidades dos trabalhadores, do povo, às necessidades de cooperação. Nós pensamos que o período que atravessamos precisa de muito mais cooperação, no plano político econômico, social e cultural. Mas nós contestamos o tipo de unidade europeia que o grande capital está colocando e que se baseia numa concepção de dominação entre os países do centro da Europa, os que são mais desenvolvidos sobre os que são menos, entre os países do norte sobre os do sul. Nós achamos que é preciso lutar para que se faça valer outra concepção, que

permita colocar na ordem do dia uma legislação social, por exemplo, ao nível europeu, permitindo não diminuir as vantagens adquiridas e conquistar para os que não as têm.

Se nós conservamos a unidade europeia em termos de luta, de busca da convergência, de reunião de interesses, é porque na Europa atualmente nós trabalhamos bastante para implementar iniciativas com outras organizações sindicais para permitir fazer valer os direitos dos trabalhadores.

Classe - Como a esquerda francesa combate o projeto neoliberal?

Jean Pierre - Nós pensamos que não se pode fazer valer uma outra alternativa, se não existe cooperação, diálogo, busca de proposições que ataquem o centro da crise. Desta forma nós estamos disponíveis para juntar todas as forças que se referenciam nas necessidades do povo, dos trabalhadores. Isto serve do ponto de vista político e econômico, mas também sobre todos os pontos que tocam o cerne do problema, como por exemplo o racismo, a intolerância etc.

Classe - Como o senhor vê a situação atual da FSM?

Jean Pierre - A FSM atravessa um período crítico. É uma organização que está muito fraca e tem necessidade de se renovar profundamente se ela quiser jogar algum papel. Ela está preparando o seu Congresso e nós vamos propor que sua atividade dê prioridade à ação ao plano profissional, regional e também ao nível das instituições internacionais. Infelizmente estas são concepções que entram profundamente em choque com as práticas antigas (ultrapassadas) da FSM e hoje ela precisa se esforçar para se transformar. É preciso saber se ela terá coragem e lucidez suficiente para transformar radicalmente sua conduta. É o congresso que dirá e é uma situação complicada, contraditória na FSM, porque as concepções são diferentes e é prematuro dizer se a FSM vai encontrar meios de se superar e oferecer uma alternativa para a renovação do movimento sindical internacional. (O congresso será no fim de outubro, começo de novembro)

Classe - Como está a correlação de forças do movimento sindical mundial?

Jean Pierre - Hoje ele é incapaz de trazer respostas convincentes, em termos de mobilização e unidade, porque continua profundamente marcado pelo espírito da guerra fria que prevalece até hoje. O movimento sindical internacional é dividido, continua adotando atitudes partidárias e exclusivistas e se ele não for capaz de ultrapassar estas atitudes, não vai jogar o papel que precisa jogar, que é o da unificação dos trabalhadores. A renovação do movimento sindical é uma exigência que se endereça a todas as organizações sindicais, independente de quais sejam suas opiniões ou sua filiação internacional.

Classe - Qual a relação da CGT com a CUT e o movimento sindical brasileiro?

Jean Pierre - São boas, nós temos interesse de estreitá-las para que elas sejam úteis para os trabalhadores franceses e brasileiros. Existem vários interesses comuns para defender e penso que também existem iniciativas a aprender, experiências para trocar, cada um com sua identidade, sua personalidade, para progredir a idéia de uma renovação nas relações sindicais internacionais. Pensamos que a CGT e a CUT podem exercer um papel importante para atingir este propósito.

Classe - Como o senhor vê a candidatura de Lula na correlação de forças no mundo hoje?

Jean Pierre - Nós pensamos que o Brasil é um país que precisa urgentemente de uma mudança e que Lula representa para o povo brasileiro e para todos os progressistas do mundo uma alternativa séria que permite responder às necessidades do povo brasileiro, e também de reinserir o Brasil na comunidade internacional, onde ele já jogou um papel importante, positivo. É um país que atrai grandes atenções, que tem necessidades sociais importantes e o programa de Lula tem respostas convincentes. É claro que cabe aos brasileiros decidir, mas nós acreditamos que uma mudança no Brasil joga um papel positivo na situação internacional.

Vitória Socialista na Hungria

Dilemardo Toni

No domingo, 29 de maio, realizou-se o segundo turno das eleições parlamentares na Hungria. Estavam em jogo 176 cadeiras pelo voto majoritário. Outras 152 já haviam sido preenchidas há uma semana. As restantes 58 de um total de 386 vagas são distribuídas pelos partidos que obtiveram maior número de votos.

O resultado final indicou uma grande vitória do Partido Socialista Húngaro, que se transformou em força majoritária com a conquista de 209 lugares. O Fórum Democrático, de feição neoliberal, no poder depois de 1989, conseguiu apenas 37 cadeiras, aplastado no terceiro lugar, após a Aliança de Democratas Livres com 70 vagas. Seguiram-se o Partido dos Pequenos Proprietários com 26, o Partido Cristão-Democrático com 22, a Aliança dos Jovens Democratas com 20, o Partido dos Empresários e a Aliança Agrária com uma cadeira cada um.

O Partido Socialista é uma força oriunda do Partido Comunista Húngaro e seu presidente, Gyula Horn deverá ser o novo primeiro-ministro. Após as eleições ele comentou: "Finalmente os grandes bairros, as áreas fabris e aldeias camponesas deram sua opinião na vida política húngara".

O resultado das eleições na Hungria, semelhante ao da Polônia e de vários outros países do Leste, indica antes de mais nada uma decepção das massas populares com a "plataforma do livre mercado voltada para o Ocidente", que é como os neoliberais chamam o capitalismo. Significa uma derrota de grande dimensão imposta aos neoliberais e conservadores. Os partidos de oposição como o Partido Socialista Húngaro capitalizam o sentimento do povo trabalhador com o desemprego, a miséria e outras mazelas do capitalismo.

De imediato a grande imprensa registrou o abalo sofrido pelos derrotados: "A comunidade de negócios de Budapeste não estabelece uma equação positiva entre uma maioria confortável, um governo de partido único e a estabilidade que é a base nas democracias no Ocidente". Volta o discurso do partido único apesar das eleições terem sido disputadas por vários partidos e apesar de vigorar a barreira dos 5% dos votos para que um partido tenha direito a assento no parlamento.

Os neoliberais fazem, por outro lado, um esforço para descaracterizar a vitória do Partido Socialista tentando mostrá-lo como adepto das reformas neoliberais. Não é o que se depreende do artigo do correspondente do jornal O Estado de São Paulo, Gilles Lapouge, no dia 31 de maio. Ele se mostra surpreso pelo fato de "os comunistas voltarem ao poder quatro anos depois de terem sido expulsos dele de modo infame". E acrescenta perguntado: "E agora?".

CONSCIÊNCIA

Socialista

Nossa verdade é o socialismo

José Reinaldo Carvalho
do Comitê Central do PCdoB

Existem mentiras que, em circunstâncias históricas desfavoráveis, assumem durante certo tempo ares de verdade absoluta. Quando as forças representativas da tendência progressista da história são episodicamente derrotadas, os autores das mentiras e os que as repetem em tom monocórdico são até guindados à condição de descobridores de leis, acadêmicos louváveis, políticos de descortino.

Foi assim que, derrotado o socialismo, o discurso político-ideológico de setores vacilantes, intermediários, pequeno-burgueses, ainda que revelando o oportunismo mais rematado e confundindo-se com a direita mais retrógrada, pôde ser vendido como a última palavra da modernidade, do novo pensamento, da nova esquerda, adquiriu certo charme em algumas bocas e penas e conseguiu não pouca audiência. Naquela altura, os renegados pareciam verdadeiros heróis.

A postura abertamente contrária ao socialismo, a pretensão de descobrir as causas de sua derrota sob o prisma do pensamento da direita, a condenação absoluta às primeiras experiências de construção do novo regime ignorando deliberadamente circunstâncias e condicionamentos históricos, tudo isso cristalizou uma corrente oportunista cujo pensamento e ação, levados ao extremo, resultaram no abandono do ideal comunista e até mesmo da sua simbologia.

Mas esse não foi o único resultado dos tempos confusos das "revoluções de terciopelo". Desafiadas ao confronto político-ideológico, as forças revolucionárias aperceberam-se da gravidade do momento, refletiram sobre o passado e o presente, descortinaram o futuro com a ferramenta da dialética, extraíram as lições pertinentes e tiveram a coragem grande de, ao dizer não aos desvios e erros, também dizer sim (e é sempre mais oneroso dizê-lo) à revolução, ao socialismo, à identidade comunista e ao partido.

O momento alto dessa luta entre nós foi o período de preparação e realização do 8º Congresso, que durou todo o ano de 1991 e o início de 1992. A valorosa militância do PCdoB, conduzida com discernimento e lucidez por uma direção experimentada em mil batalhas políticas e ideológicas contra o oportunismo, não permitiu que seu espírito se inquietasse com os fantasmas, nem se deixou afligir pelas tempestades. Rea-

firmamos a opção revolucionária, antagonicamente oposta à social-democracia, proclamamos o socialismo como única saída para a encruzilhada histórica do Brasil e do mundo, avançamos na construção de um grande partido político a um só tempo revolucionário, de vanguarda, e capaz de atrair amplas massas para suas fileiras e áreas de influência.

Evidentemente a batalha não se encerrava ali, porquanto é permanente o embate ideológico entre o marxismo-leninismo e o oportunismo na sociedade como no interior do partido. Mas não deixa de ser insólito que intempestivamente se ouçam vozes de gente com insuficiente formação ideológica e teórica a anunciar sua incompatibilidade com o partido porque este não levou em conta as lições da "queda do muro de Berlim". (sic!)

Longe de apontar uma contribuição ao debate, que seria bem-vinda, essas vozes representam uma reação tardia à linha do 8º Congresso, um desacordo com a opção do partido pela revolução e o socialismo, um inconformismo com o caráter comunista da organização, uma profissão de fé na social-democracia e numa formação partidária à imagem e semelhança da pequena burguesia.

Mas os protagonistas isolados dessa tardia reação à linha traçada pelo 8º Congresso não se dão conta de que já não vivemos em 89 e 90 e de que a velocidade da história faz da "queda do muro de Berlim" um acontecimento cada vez mais distante. Daí sua dificuldade em conquistar audiência e adesões, pois a mentira já não pode passar por verdade e seus autores já não podem apresentar-se como heróis.

Afigura-se uma época de viragem, malgrado todas as vicissitudes ainda presentes no campo revolucionário. O traço marcante do período que vivemos é a existência de profunda e multilateral crise que atinge o conjunto dos países capitalistas. Sua persistência por longo tempo e a falta de soluções nos marcos do próprio capitalismo têm acarretado as mais nefastas consequências: deterioração da vida econômica, bancarrota de nações, miséria crescente a angustiar milhões de seres humanos, degradação da vida espiritual. Labora em erro quem supõe o capitalismo perene ou quem se dispõe a percorrer o atalho da social-democracia. Enquanto isso, a história faz pacientemente seu trabalho desvendando a verdade de que a emancipação dos povos decorrerá de mudanças revolucionárias no rumo do socialismo. O partido é portador dessa verdade. Quem acredita nela está no partido.

Sobre a saída de Edson Santos

No dia 13 de maio, o vereador na cidade do Rio de Janeiro Edson Santos enviou ao PCdoB uma carta em que comunicava sua desfiliação. Na carta, Edson alegou divergências com o partido. Alguns dias depois, através de pronunciamentos na grande imprensa e de um discurso no plenário da Câmara Municipal, ele especificava melhor as divergências. Para o vereador, o PCdoB precisa "rever suas posições em relação às experiências socialistas no Leste europeu" e "se adequar aos novos tempos surgidos após a queda do muro de Berlim".

A militância comunista, pega de surpresa pela atitude do parlamentar, reagiu unitariamente em defesa do partido, repudiando de forma veemente a atitude de Edson. A direção do partido no Rio está divulgando a seguinte nota sobre a deserção do vereador carioca:

À sociedade carioca e fluminense

A direção regional do Partido Comunista do Brasil dirige-se à sociedade carioca e fluminense, aos seus filiados, amigos e aliados para comunicar a desfiliação de seus quadros do vereador da capital Edson Santos de Souza, eleito pela legenda do partido em 1988 e reeleito em 1992. A ocasião exige também que prestemos os seguintes esclarecimentos:

1. A desfiliação ocorreu a pedido do vereador, que somente na ocasião explicitou o motivo de sua saída, levantando justificativas que nunca manifestou nos debates internos, mesmo porque recentemente o parlamentar foi eleito para a direção e posteriormente para a executiva regional do partido, em conferência e reuniões partidárias onde foram discutidas democraticamente as questões referentes à luta política em nosso Estado, a estratégia eleitoral e a organização do partido.

Todas as discussões contaram com a participação do vereador, que assumiu publicamente as deliberações tomadas pelo partido.

2. No seu 8º Congresso, em 1992, o

PCdoB debateu intensamente, com a participação do vereador, a crise do socialismo, especialmente os acontecimentos do Leste europeu e da ex-URSS, tirando conclusões a respeito, inclusive com o voto favorável de Edson. Na época, Edson saudou as conclusões do 8º Congresso, afirmando tratar-se de um grande avanço teórico para o partido e para o movimento operário.

3. A decisão isolada do vereador, e de funcionários do seu gabinete, surpreendeu a direção, filiados e amigos do partido, principalmente no momento em que as elites, a fim de atacarem a candidatura Lula, caluniam e distorcem as posições do partido, visando abalar seu prestígio entre o povo. O vereador abandonou o projeto de construção de uma nova sociedade, como pensa programaticamente o PCdoB, e busca viabilizar um projeto político pessoal.

4. O PCdoB a cada dia se firma como força política em nosso país, com prestígio ascendente e demonstrando seu crescimento ao atingir a marca de 200 mil filiados. Marca esta que só tinha conseguido no pós-guerra, em 1946.

5. O Partido Comunista do Brasil, que em março comemorou 72 anos de luta em defesa da democracia e do socialismo, reafirma seus compromissos com os interesses maiores do povo brasileiro e fluminense. As grandes transformações necessárias ao país passam pela efetiva participação da sociedade na luta política, em particular neste ano. A vitória da Frente Brasil Popular, com Lula, e a eleição de parlamentares progressistas para o Congresso e assembléias legislativas é passo importante para a consolidação da democracia e a construção de uma pátria verdadeiramente nacional e socialmente mais justa. Este é o caminho para aqueles que, como nós, acreditam e lutam pela vitória do socialismo em nosso país.

Diretório Regional do PCdoB do Rio de Janeiro

Vídeo divulga PCdoB

O Diretório Regional de São Paulo, através das suas Secretarias de Formação e de Agitação e Propaganda, com direção de Sueli Tarpani, produziu um vídeo-documentário, em Super-VHS, com informações básicas sobre o PCdoB: o que é, o que quer e como funciona.

Com vinte minutos de duração, o vídeo destina-se à divulgação do partido junto às massas, em mutirões de filiação e outras atividades. Visa ainda funcionar como boas-vindas aos recém-filiados e como recurso na formação dos novos

militantes, em atividades de integração (reuniões, palestras, debates) ou em cursos e sessões de estudo.

Está dividido em quatro blocos: 1. A reafirmação da necessidade do socialismo; 2. O PCdoB no curso da vida política; 3. Organização e funcionamento do PCdoB; 4. A tradição de luta do PCdoB. Falam no vídeo João Amazonas, Aldo Rebelo, Walter Sorrentino, entre outros camaradas.

As Secretarias de Formação e de Organização têm feito reuniões com as direções intermediárias para orientar sua utilização, apresentando a sinopse do roteiro e textos complementares. A expectativa é que esse material contribua com os comitês intermediários no esforço de recrutamento e integração de novos filiados.

Com modestos custos, foram feitas a gravação e a edição, aproveitando-se imagens e áudio de outros vídeos do partido (programas de TV e documentários) e cópias de um livro já publicado: *Os 70 Anos do PCdoB*, editado pelo Centro de Documentação e Memória do Partido Comunista do Brasil. Contatos com o Diretório Nacional (011) 232-1622 ou Diretório Regional de São Paulo (011) 37-8483.

PCdoB recebe saudações

Continuam chegando muitas saudações à Convenção Nacional do PCdoB, realizada dia 15 de maio, em São Paulo. O Consulado Geral de Angola, no Rio de Janeiro, afirmou, em nota, que "está solidário com as nobres causas defendidas pelos companheiros do PCdoB". O prefeito de Belo Horizonte, Patrus Ananias (PT), também enviou sua saudação, justificando-se por não poder comparecer pessoalmente à Convenção.



▼A exposição de artes plásticas brasileiras Bienal Brasil Século 20 trouxe à tona algumas reflexões sobre o caráter nacional das artes plásticas do país. Existe uma arte genuinamente nacional?

Marcos Ruy

De 26 de abril a 29 de maio ocorreu no pavilhão da Bienal no Parque Ibirapuera, em São Paulo, um evento de grande porte para as artes plásticas brasileiras e para toda a cultura do país: a Bienal Brasil Século 20, que ocupou 25 mil metros quadrados, com as obras ordenadas cronologicamente em 5,5 quilômetros de parede. Foram expostas 921 obras de 240 artistas. A exposição foi dividida em cinco fases: "O início do século - 1900/1920"; "O modernismo - 1917/1945"; "As abstrações - 1945/1960"; "A formação da contemporaneidade - 1960/1980"; e "Atualidade - de 1980 aos nossos dias". A Bienal permitiu compreender o desenvolvimento das artes plásticas brasileiras nos últimos cem anos e incentivou profícuo debate sobre a produção cultural no país.

Emancipação nacional. Para o curador geral da Bienal, Nelson Aguilar, "o sentido mais forte da história das artes plásticas no Brasil é o da emancipação em relação a modelos importados", assim como



Portinari - Retirantes, 1944

BIENAL

A dialética na cultura

"mostrar que a arte brasileira possui coerência e tem de onde tirar sua vitalidade." A Bienal mostrou vontade de transcender o tempo e explicar claramente o que e por que cada artista fez determinado tipo de trabalho.

Pôde-se verificar ainda que a materialização de uma obra depende do contexto de sua época. Não existem divindades que criam obras a partir do nada. Paradoxalmente, entretanto, é o toque original e criativo do artista que define a qualidade de sua obra.

O sentido de uma obra de arte pode ser compreendido nos trabalhos desenvolvidos nas décadas de 60 e 70, sob a ditadura militar. Os artistas criaram obras de teor político como denúncia da repressão. A obra *Inserções em circuitos ideológicos: projeto coca-cola* (1970), de Cildo Meireles, por exemplo, mostra essa característica paradoxal das artes plásticas da época. A frase "Yankees go home", passou a ser escrita pelas pessoas em garrafas de coca-cola a partir do projeto de Meireles, numa repulsa à censura.

Walter Zanini, curador da Bienal, explica que "apesar das condições políticas adversas criadas pela ditadura militar, essas duas décadas foram riquíssimas na criação artística", quan-

do a arte plástica "deixa de lado as categorias tradicionais como a pintura e a escultura e passa a atuar com a tecnologia, com a multimídia e a intermídia."

Abstração e alienação. A arte abstrata também causou muita polêmica porque rompeu com os traços tradicionais do desenho convencional. Para Maria Alice Milliet, também curadora da Bienal, "a abstração penetra no cotidiano do homem do século 20 através do design de móveis, tecidos e uma infinidade de coisas", porque esse tipo de expressão artística surgiu num "momento em que se criam condições de aproximação com um paradigma de capitalismo desenvolvido". Segundo ela, "não houve uma abstração autóctone no país, mas uma adaptação local a uma corrente internacional."

A arte abstracionista teve início nos anos 50, período em que "a ampliação da classe média constituía a base social propícia à ampliação do consumo de bens culturais."

Já o ensaísta e poeta Ferreira Gullar acredita que era uma arte alienada e importada. O mesmo Gullar que fez uma análise materialista da produção cultural no livro *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, na década de 60, em que mostrou que a produção artística ocorre devido às necessidades do momento e circunscreve-se às influências do meio, misturadas à subjetividade do artista.

As obras modernistas tornaram-se as maiores vedetes da Bienal. Para o curador Tadeu Chiarelli, a Semana de 1922 não foi uma experiência de vanguarda radical como prega a

historiografia oficial. O movimento modernista "se pretendia de vanguarda, mas tinha forte compromisso com a realidade, especialmente a brasileira. Isso nunca foi explorado de modo conveniente", diz. Candido Portinari e Di Cavalcanti, representantes do expressionismo, não podem ser analisados apenas como artistas com pretensão de transmitir a realidade, isso empobreceria suas obras, afirma Chiarelli. Toda esta polêmica é em virtude de que tradicionalmente a função da arte não é retratar a realidade. Porém, uma coisa não exclui a outra.

Para Chiarelli, a marginalização de Anita Malfatti, Flávio Carvalho e Ismael Nery pelos modernistas mostra essa contradição do movimento, porque o "modernismo está mais ligado à tendência do retorno à ordem, que aconteceu na época entre as duas guerras mundiais".

Geração 80. A arte produzida pela chamada "Geração 80" foi fundamental, na medida que ela traz a arte para a rua e divulga essa arte", diz o curador Agnaldo Farias. Para ele, o "único senão é que houve um alvoroço muito grande e que acabou marcando muito a idéia desta espontaneidade da pintura. É como se não tivesse nada a ver com o pensar."

Muitos dos trabalhos expostos, contudo, possuem qualidade e circunscrevem-se no que há de mais atual na produção artística mundial. Essa geração vive um paradoxo de busca nacionalista de uma identidade e alimenta-se diretamente com os cânones existentes, "isto é, explorando e expandindo as operações estéticas levadas a termo no universo da arte", afirma Farias.

As artes plásticas contemporâneas, mais do que qualquer outra expressão artística, sofrem influências externas. Essas influências são assimiladas e refluídas, daí surgindo uma nova temática, que extrapola à de origem. Essa geração recebe muita influência também de Hélio Oiticica, um dos principais fundadores de uma arte brasileira autônoma. Aguilar pensa que é preciso conhecer a obra tanto de Oiticica quanto de Portinari, porque ambos são fundamentais. A *Bienal Brasil Século 20* entrará para a história como uma das exposições de artes plásticas mais importantes já ocorridas nesses cem anos no país.

Nela milhares de pessoas puderam apreciar obras com as quais jamais teriam contato não fosse a ousadia dos organizadores do evento. Principalmente porque os modelos e referências são os mesmos, reelaborados e, muitas vezes, desse movimento dialético surge a novidade.



Escosteguy - objeto popular 1966